DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS
COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO E APOIO AOS EDITAIS - GLIC/D-ADM/DMAE

PROCESSO ADMINISTRATIVO 26.10.000010463-7
EDITAL

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 150/2026

O **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Gerência de Licitações e Contratos - GLIC,** sita na Rua Gastão Rhodes, 222, 1º andar, nesta Capital, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora abaixo indicados, será realizada licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **Registro de Preços,** do tipo **MENOR PREÇO por item**, que será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar 123/2006, pela Lei Complementar 101/2000, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 881/2020, pela Lei Municipal nº 12.827/2021, pelos Decretos Municipais nº 22.800/2024, nº 21.859/2023, nº 22.357/2023, e alterações, Instrução DG 591/2023, 592 e 594/2024, além das demais disposições legais aplicáveis e preceitos de Direito Público, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de Tubos e Conexões em Ferro Dúctil **VALOR ESTIMADO: SIGILOSO** (conforme IDG - Instrução de Diretoria Geral n. 594/2024)
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 8h29min do dia 23/11/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 8h30min do dia 23/11/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 9h do dia 23/11/2026
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
BENEFÍCIO ME/EPP: DESEMPATE

Os documentos que integram o Edital serão disponibilizados nos seguintes locais:

a) Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - https://www.gov.br/pncp/pt-br

b) **Portal de Compras Públicas (PCP)** - https://www.portaldecompraspublicas.com.br/

1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão tem por objeto o ***Registro de Preços para futura aquisição de Tubos e Conexões em Ferro Dúctil*****,** visando atender as demandas do Departamento Municipal de Água e Esgotos, conforme especificações e quantidades estimadas, constantes no Termo de Referência, integrante do presente Edital.

1.2**.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas.

3.1.1. O cadastro deverá ser feito no sítio: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

3.1.2. A obtenção dos benefícios a que se refere o caput do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano - calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (conforme art. 4º, §2, da Lei nº 14.133/2021).

3.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.1.6. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data, horário e limites estabelecidos.

3.1.7. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3.1.8. Caberá ao licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, bem como as mensagens disponibilizadas através do site, desde a data da publicação do Edital até a sua homologação, ficando a Administração isenta de quaisquer responsabilidades diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão deste.

3.2. Não poderão disputar esta licitação:

3.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.6.1. Também é vedada a participação de licitantes que tenham um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representando licitantes distintos, bem como tenham em sua composição societária sócios, gerentes ou diretores em comum, concorrendo entre si;

3.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.11. Licitantes que realizaram doações em dinheiro, ou bem estimáveis em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar do dia 02 de outubro de 2015;

3.2.12. Licitantes que estiverem em regime de falência, insolvência civil, dissolução, liquidação ou concurso de credores;

3.2.13. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.2.14. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente e judicialmente.

3.2.15. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.3. O impedimento de que trata o item 3.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº Lei nº 14.133/2021.

3.5. A vedação de que trata o item 3.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto e descrição do objeto ofertado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. A etapa de envio da documentação supracitada será encerrada com a abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Inexistem fatos impeditivos para a sua participação no certame;

4.3.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.3.6. Não realizou doação eleitoral.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade

cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43° da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta de **MENOR PREÇO,** utilizando 2 (duas) casas depois da vírgula, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Descrição do Objeto;

5.1.2. Unidade;

5.1.3. Quantidade;

5.1.4. Valor unitário;

5.1.5. Valor total do item.

5.1.6. A marca ofertada deverá ser obrigatoriamente especificada, na falta desta o nome do fabricante, podendo ser ofertada mais de uma marca, desde que mantido preço único;

5.1.6.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa na desclassificação da

proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

5.1.6.1.1. Quando da inserção da proposta no portal, atentar para que o campo marca/fabricante não seja preenchido com a denominação social da empresa (Ltda, S/A, Eireli, ME, EPP), a fim de evitar a identificação do licitante.

5.1.7. Atender:

5.1.7.1. As especificações constantes no Termo de Referência Anexo III

5.1.7.2. As Normas Técnicas do DMAE NM 001 (itens 001 a 006; 008 a 018; 026, 027, 028 e 030), NM 006 (itens 022, 023 e 024) e NM 020 (item 007), anexas ao edital.

5.1.7.3. Exigências para Inspeção de Recebimento em Fábrica

5.1.8. **Quando da apresentação da proposta final indicar:**

a) Endereço eletrônico para fins de envio de empenhos.

b) Os preços deverão ser informados em moeda corrente nacional, devendo o valor proposto corresponder à quantidade e unidade de medida solicitada;

c) **Tipo, modelo ou referência para os itens 001 a 021 e 025, 027, 028, 029 e 030.**

d) **Prazo de garantia de no mínimo 18 (dezoito) meses** a contar do recebimento do produto (quando não for indicado o mesmo será considerado o prazo mínimo previsto neste item, a contar do recebimento do material) para os itens 022, 023

5.1.9. **Juntamente com a proposta deverão ser apresentados os seguintes documentos:**

a) Quando a contratação estiver dentro das condições previstas no caput e § 1º do art. 29 da Lei Municipal 12.827/2021, o licitante arrematante deverá encaminhar juntamente com a proposta detalhada, a comprovação da implementação do Programa de Integridade, por meio dos relatórios previstos no art. 4º da Instrução Normativa 05/2024 da Controladoria-Geral do Município.

a.1) Deverá ser apresentado o Termo de Compromisso de Implementação do Programa de Integridade, caso a empresa não possua o Programa de integridade implementado e celebrar relação contratual pela primeira vez com o município nos termos do art. 7º da Instrução Normativa 05/2024 da Controladoria-Geral do Município - ANEXO ao Edital.

a.2) A licitante deverá acessar o link https://prefeitura.poa.br/smtc/programa-de-integridade, para conhecimento da documentação a ser preenchida. Neste link também está disponível a IN da CGM acerca do Programa de Integridade, bem como a planilha de avaliação utilizada.

b) Apresentar comprovação de que o material não altera a qualidade da água e não oferece risco à saúde, de acordo com o art, 14, VII da Portaria GM/MS nº 888/2021, e alterações, para os itens 001 a 018 e 020 a 030.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO PODERÁ** oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

5.2.2. O objeto desta contratação deverá ser executado em conformidade com o termo de referência e demais anexos, integrante do presente Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou

indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o edital se seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O **DEPARTAMENTO** é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no art. 155, § 2º, inciso VII da Constituição Federal.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. O prazo e validade do registro de preços será de 01 (um) ano, contado da assinatura das atas de registro de preços, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 22.357/2023.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Aviso de Abertura.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O critério de julgamento adotado na presente licitação é o de **MENOR PREÇO ITEM**

6.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa ABERTO**

6.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,01 (um centavo).

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será

sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. A manifestação de desistência do lance durante a fase de disputa deverá ser enviada exclusivamente pelo site da disputa e será analisada pelo Pregoeiro.

6.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

6.20.Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.22. Após a etapa de envio de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44° e 45º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.22.1. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.22.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.23. Caso a licitação seja exclusiva para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, não se aplica o previsto nos itens 6.22.1 a 6.22.4.

6.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.24.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.24.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.24.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.24.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.25. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.25.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.25.2. Empresas brasileiras;

6.25.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.25.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.27. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.28. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade

6.29. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.30. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.31. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 04 (quatro) horas contados de sua solicitação, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.32. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.34. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

7. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante às seguintes consultas:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf).

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);

7.1.4. Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0);

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. As consultas de licitantes pessoa jurídica indicadas nos itens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4 poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros, conforme disposto na Instrução Normativa nº 3/2018 do Governo Federal.

7.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação, conforme disposto na Instrução Normativa nº 3/2018 do Governo Federal.

7.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.7. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1.2. e 4.5 deste edital.

7.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1. Contiver vícios insanáveis;

7.10.2. Não obedecer às especificações técnicas;

7.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme art. 34 da Instrução Normativa 73/2022 do Governo Federal.

7.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.11.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.11.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta

7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. Os valores unitários da proposta não poderão ser superiores aos valores unitários constantes da planilha de custos.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto,

poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.17. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.18. Para verificação e aceitabilidade da proposta, fica facultado à Administração solicitar amostra e/ou catálogo em português ou traduzido para a língua portuguesa dos produtos cotados, que deverão ser enviados no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da solicitação pelo Pregoeiro, podendo ser prorrogado a critério do Departamento. A não apresentação da amostra e/ou catálogo, quando solicitada, implicará na desclassificação da proposta.

7.18.1. Quando solicitada amostra, a quantidade de amostras será definida de acordo com a natureza, as características e a disponibilidade do produto, observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. A convocação deverá indicar o prazo, o local, a forma de apresentação e os critérios objetivos de avaliação.

7.18.1.1. A análise será formalizada em documento próprio, com o registro dos resultados e da respectiva motivação. Poderão ser avaliados, conforme a natureza do objeto, aspectos como:

a) características dimensionais e técnicas;
b) compatibilidade e funcionalidade;
c) integridade, acabamento e uniformidade;
d) resistência, estanqueidade e vedação, quando aplicáveis;
e) identificação, embalagem e rastreabilidade; e
f) conformidade com as normas técnicas pertinentes.

7.18.1.2. A amostra será aprovada quando atender integralmente aos requisitos previamente estabelecidos para o item. Eventual rejeição deverá ser devidamente motivada, com a indicação objetiva do requisito não atendido e, quando cabível, dos testes ou verificações realizados.

7.18.1.3. Para os materiais de fabricação complexa ou de segurança crítica, identificados em sua especificação, a Administração exigirá a inspeção de recebimento diretamente na fábrica do licitante vencedor ou do fabricante do produto, conforme estabelecido no documento Anexo "Documento Exigências para Inspeção de Recebimento em Fábrica.

7.18.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18.3. A amostra aprovada pelo Departamento ficara retida até o recebimento definitivo do

material, podendo ser incorporada ao lote a ser entregue.

7.18.3.1. A devolução da amostra deverá ser ajustada diretamente como o pregoeiro responsável pela licitação, contato pelo endereço eletrônico: julgamento@dmae.prefpoa.com.br.

7.18.4. A amostra reprovada deverá ser retirada em até 15 dias após o resultado da análise, caso não seja retirada, no prazo informado, o Departamento providenciará o descarte do material.

7.18.5. A amostra entregue poderá ser testada/utilizada e sofrer danos, não havendo, neste caso ressarcimento ao licitante.

7.18.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. Se a(s) demonstração(ões) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo colocado classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) demonstração(ões) e assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no termo de referência.

7.20. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a fase de julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá apresentar os documentos de habilitação através de sistema eletrônico no prazo de 04 (quatro) horas a partir da convocação do pregoeiro. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira (exceto Qualificação Técnica), poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Os documentos de habilitação não abrangidos pelo registro cadastral deverão ser enviados conforme previsão do item 8.1 deste Edital.

8.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.3. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias, contados até a data da realização da licitação.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou

cópia.

8.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.8. A verificação no registro cadastral ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.8.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.9. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, na forma do art. 64 da Lei 14.133/2021, para:

8.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.10. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 42 da LC 123/2006).

8.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos

supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.16. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

8.17. Serão inabilitadas as licitantes que não atenderam as exigências para habilitação contidas neste edital.

8.18. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, exigidos para fins de **habilitação,** nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, estão relacionados no **ANEXO I deste edital**.

8.19. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.20. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.21 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Processo Eletrônico SEI da respectiva contratação.

9.10.1. Os pedidos de vistas ao processo deverão ser encaminhados ao e-mail julgamento@dmae.prefpoa.com.br, cabendo ao Pregoeiro disponibilizá-las por meio de acesso externo pelo Sistema Eletrônico de Informações do Município - SEI por prazo determinado.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. DA DOTAÇÃO

11.1. As despesas decorrentes das contrações correrão por conta das dotações orçamentárias e financeiras próprias do DMAE.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que:

12.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

12.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A Ata de Registro de Preços será assinada eletronicamente e disponibilizada na página da Secretaria de Administração e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

12.3.1. Para proceder à assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, o licitante deverá realizar o cadastramento de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Município, conforme as instruções disponibilizadas em https://sei.procempa.com.br/usuario_externo/.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens homologados na licitação, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), a(s) respectiva(s) quantidade(s), preço(s) registrado(s) e demais condições.

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para o objeto pretendido, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

13.1.1. Aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. Mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. Quando o licitante convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

13.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal 22.357/2023.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

13.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. Adjudicar e firmar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, o(a) CONTRATANTE poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 23.564/2025:

(a) Advertência;

(b) Multa;

(c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

(d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.2. A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

14.2.1. Para multa:

1) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total da aquisição, contratação ou saldo remanescente não entregue, do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) dia de atraso e ocorrência injustificada;

2) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total da aquisição, contratação ou saldo remanescente não entregue, do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) dia de atraso e ocorrência injustificada, quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias;

3) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total da aquisição, contratação ou saldo remanescente não entregue, a partir do primeiro dia de atraso e ocorrência injustificada, quando o atraso for superior a 10 (dez) dias, limitada a incidência a 30% (trinta por cento);

4) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

14.2.1.1. A critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

14.2.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.2.3. A multa sancionatória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal 14.133/2021.

14.2.4. Será aplicada a multa de 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) por dia, incidente sobre o valor atualizado do Contrato/instrumento equivalente, limitado a 10% (dez por cento) do valor atualizado do Contrato/instrumento equivalente, pelo descumprimento das exigências do Programa de Integridade, nos termos do art. 36 e seguintes da Lei Municipal n.º 12.827/2021;

14.3. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do

pagamento eventualmente devido pela Administração à Licitante ou Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.5.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Porto Alegre, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.5.2. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Porto Alegre, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.5.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021.

14.5.4. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 e no no caput e parágrafos do Art. 16-A da Lei Municipal 12.827/2021.

14.5.5. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de

advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5.6. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.5.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.5.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.5.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

14.7. A personalidade jurídica da Licitante ou Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Licitante ou Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.8. A Administração ou órgão Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme o art. 161, da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações.

14.9. Os débitos da Licitante ou Contratada para com a Administração ou órgão Contratante e, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Licitante ou Contratada possua com a Administração ou órgão Contratante.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, por meio de inserção em campo próprio do sistema do Portal de Compras Públicas.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As normas disciplinadoras deste certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.4. Todas as referências de tempo no Edital e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.6. A participação nesta licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas, bem como o pleno conhecimento do site Portal de Compras Públicas.

16.7. Em caso de divergências entre o edital e seus anexos, prevalecerá o Edital.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. O licitante é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

16.10. Os resultados dos julgamentos serão publicados no Diário Oficial de Porto Alegre – DOPA, on line, podendo ser consultados no endereço www.portoalegre.rs.gov.br/dopa, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

16.11. A Administração reserva-se o direito de revogar a presente licitação por motivo de conveniência e oportunidade, ou anulá-la, no todo ou em parte, por ilegalidade insanável, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, descabendo, em tais casos, qualquer reclamação ou direito à indenização pelos licitantes.

16.12. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou instrumento equivalente.

16.13. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, para dirimir litígios deste instrumento convocatório.

16.14. Integram este Edital os seguintes documentos:

ANEXO I – Documentos para Habilitação

ANEXO II – Documento Único de demanda para a aquisição de bens (DFD-ETP e Termo Referência)

ANEXO III– Termo de Referência / Especificações técnicas/Normas Técnicas

ANEXO IV – Minuta de ata de registro de preços

ANEXO V - Ordem de Serviço 001/2026.

ANEXO VI - Instrução Normativa 005/2024 da Controladoria-Geral do Município e Decreto Municipal 23.743/2026.

ANEXO VII - Modelo de declaração de participação societária

ANEXOVIII - Modelo de declaração Unificada

ANEXO IX - Instruções Direção Geral DMAE

ANEXO X - Modelo da Proposta de Preços

ANEXO I - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1. Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

1.2. Registro comercial, no caso de empresário individual;

1.3. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de MEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

1.4. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.3. Prova de regularidade abrangendo os Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND).

2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, abrangendo todos os tributos administrados pelo ESTADO, mediante apresentação de certidão(ões) expedida(s) pelo órgão estadual competente.

2.4.1. Quando for emitida certidão relativamente a débitos tributários não inscritos na divida ativa, esta deverá ser apresentada (por exemplo, estado de São Paulo). Devendo ser inserida no portal em arquivo único, juntamente com a certidão item 4.

2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, abrangendo todos os tributos administrados pelo MUNICÍPIO, mediante apresentação de certidão(ões) expedida(s) pelo órgão municipal competente.

2.5.1. Quando forem emitidas certidões diversas para tributos mobiliários e imobiliários, ambas deverão ser apresentadas.

2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante certificado expedido pela Caixa Econômica Federal.

2.7. Prova de regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas da Justiça do Trabalho – Lei Federal nº 12440/11 - Resolução Administrativa TST 1470/2011.

2.8. As Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar os documentos, acima mencionados, mesmo que estes apresentem alguma restrição. (Lei Complementar Federal nº 123/06).

2.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias úteis a critério da Administração Pública.

2.8.2. A não - regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar Federal nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de

inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

3.3. Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada no item 1.1. poderá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

3.4. Deverão apresentar:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (registrado na Junta Comercial, conforme regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade), devidamente assinado pelo diretor ou representante legal da empresa e respectivo profissional de contabilidade responsável, regularmente habilitado pelo CRC, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedado a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando, encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta, conforme **Ordem de Serviço nº 001/2026** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrante do presente Edital.

b) Índice de Liquidez Corrente (LC), Índice de Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG) igual ou superior àquele indicado no Anexo I da Ordem de Serviço **001/2026** – OS **001/2026**;

b.1)Para cálculo dos indicadores constantes do Anexo I da OS 1/2026 e suas alterações deverão ser consideradas apenas uma casa decimal após a vírgula e as demais casas devem ser desprezadas (sem nenhum tipo de arredondamento).

c) Obterão classificação econômico-financeira as empresas que apresentarem, pelo menos, 2 (dois) dos 3 (três) indicadores iguais ou superiores aos estabelecidos nesta Ordem de Serviço, conforme Anexo I desta Ordem de Serviço.

d**)** Os licitantes que não obtiverem a classificação econômico-financeira prevista no § 1º deste artigo, deverão comprovar que possuem capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para fins de obtenção da sua classificação econômico-financeira.

3.5. Os licitantes que utilizarem a Escrituração Contábil Digital - ECD, através do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped deverão apresentar Recibo de entrega de livro digital, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

3.6. Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME n° 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações.

3.7. Das Sociedades Anônimas ou Sociedades por Quotas de Responsabilidade LTDA., que adotarem estrutura de S.A. (art. 18, Decreto nº 3.708/19), há a impossibilidade de se exigir o balanço patrimonial do último exercício antes do decurso do prazo de quatro meses seguintes ao término deste. Neste caso, poderão apresentar o balanço patrimonial e demonstrativos de resultados do penúltimo exercício social. Fica estabelecido às demais formas societárias regidas pela Lei Comercial, os prazos estabelecidos às empresas que adotarem a estrutura de S.A.

3.8. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.9. Balancete de Verificação referente aos 2 (dois) últimos meses anteriores à data da sessão pública de abertura das propostas ou à data de abertura dos documentos de habilitação, quando esta anteceder a fase de abertura das propostas, no caso de pessoa jurídica constituída a menos de 1(um) ano.

3.10. Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

3.10.1. Caso os índices não fazem parte dos documentos apresentados os mesmos deverão ser indicados na declaração.

3.11. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante em ANEXO declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que aufere Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.12**. A**s **Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte,** assim definidas em Lei, bem como as pessoas jurídicas a elas equiparadas, **caso não conste no SICAF o enquadramento**, deverão **apresentar prova de faturamento através dos meios de prova permitidos em direito** e julgados e aceitos pelo Pregoeiro: Declaração do Simples Nacional (Extrato do Simples Nacional); ou Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica; ou Demonstração do Resultado do Exercício do último exercício social, exigível e apresentada na forma da lei (registrado na Junta Comercial, conforme regulamentação vigente do Conselho Federal de Contabilidade), devidamente assinada pelo diretor ou representante legal da empresa e respectivo profissional de contabilidade responsável, regularmente habilitado pelo CRC, vedado a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando, encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta, conforme **O.S. 001/2026** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrante do presente Edital; ou Escrituração Contábil Digital - ECD, através do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, para fins de habilitação, os documentos: Recibo de entrega de livro digital e Demonstração do Resultado do Exercício;

4. DECLARAÇÕES

4.1. Apresentar Declaração Unificada, conforme modelo anexo.

4.2. Apresentar Declaração de Participação Societária conforme modelo anexo.

ANEXO II

DOCUMENTO ÚNICO (Formalização da Demanda/Análise de Riscos/Termo de Referência

documento SEI disponível no PORTAL DE COMPRAS (DUDAB SIGILO conforme IDG 594)

ANEXO III –TERMO DE REFERÊNCIA/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Cod. Mat.	Especificação do Material	Unidade	Consumo médio anual
001	109770	TUBO EM FERRO DÚCTIL PARA REDES DE ÁGUA, DIÂMETRO NOMINAL DE 80MM, COMPRIMENTO 6000MM, CLASSE DE PRESSÃO K-9, REVESTIMENTO EXTERNO COM ZINCO METÁLICO E PINTURA BETUMINOSA OU EPOXI, REVESTIMENTO INTERNO COM ARGAMASSA DE CIMENTO. BOLSA MODELO JE2GS E ANÉIS DE BORRACHA PARA JUNTA ELÁSTICA, CONFORME NBR 7675, NBR 7676 E NM 001/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA.	Metro	240

002	109780	TUBO EM FERRO DÚCTIL PARA REDES DE ÁGUA, DIÂMETRO NOMINAL DE 200MM, COMPRIMENTO 6000MM, CLASSE DE PRESSÃO K-7, REVESTIMENTO EXTERNO COM ZINCO METÁLICO E PINTURA BETUMINOSA OU EPOXI, REVESTIMENTO INTERNO COM ARGAMASSA DE CIMENTO. BOLSA MODELO JE2GS E ANÉIS DE BORRACHA PARA JUNTA ELÁSTICA, CONFORME NBR 7675, NBR 7676 E NM 001/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA.	Metro	120
003	109796	TUBO EM FERRO DÚCTIL PARA REDES DE ÁGUA, DIÂMETRO NOMINAL DE 250 MM, COMPRIMENTO 6000 MM, CLASSE DE PRESSÃO K-7, REVESTIMENTO EXTERNO COM ZINCO METÁLICO E PINTURA BETUMINOSA OU EPOXI, REVESTIMENTO INTERNO COM ARGAMASSA DE CIMENTO. BOLSA MODELO JE2GS E ANÉIS DE BORRACHA PARA JUNTA ELÁSTICA, CONFORME NBR 7675, NBR 7676 E NM 001/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA.	Metro	120

004	109711	TUBO EM FERRO DÚCTIL PARA REDES DE ÁGUA, DIÂMETRO NOMINAL DE 300 MM, COMPRIMENTO 6000 MM, CLASSE DE PRESSÃO K-7, REVESTIMENTO EXTERNO COM ZINCO METÁLICO E PINTURA BETUMINOSA OU EPOXI, REVESTIMENTO INTERNO COM ARGAMASSA DE CIMENTO. BOLSA MODELO JE2GS E ANÉIS DE BORRACHA PARA JUNTA ELÁSTICA, CONFORME NBR 7675, NBR 7676 E NM 001/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA.	Metro	120
005	109732	TUBO EM FERRO DÚCTIL PARA REDES DE ÁGUA, DIÂMETRO NOMINAL DE 350 MM, COMPRIMENTO 6000 MM, CLASSE DE PRESSÃO K-7, REVESTIMENTO EXTERNO COM ZINCO METÁLICO E PINTURA BETUMINOSA OU EPOXI, REVESTIMENTO INTERNO COM ARGAMASSA DE CIMENTO. BOLSA MODELO JE2GS E ANÉIS DE BORRACHA PARA JUNTA ELÁSTICA, CONFORME NBR 7675, NBR 7676 E NM 001/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA	Metro	120

006	109713	TUBO EM FERRO DÚCTIL PARA REDES DE ÁGUA, DIÂMETRO NOMINAL DE 100 MM, COMPRIMENTO 6000 MM, CLASSE DE PRESSÃO K-9 REVESTIMENTO EXTERNO COM ZINCO METÁLICO E PINTURA BETUMINOSA OU EPOXI, REVESTIMENTO INTERNO COM ARGAMASSA DE CIMENTO. BOLSA MODELO JE2GS E ANÉIS DE BORRACHA PARA JUNTA ELÁSTICA, CONFORME NBR 7675, NBR 7676 E NM 001/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA	Metro	180
007	109718	TUBO EM FERRO DÚCTIL CENTRIFUGADO PARA CANALIZAÇÕES DE ESGOTO SANITÁRIO SOB PRESSÃO OU GRAVITÁRIAS, DIÂMETRO NOMINAL 150MM, COMPRIMENTO 6000MM, REVESTIMENTO EXTERNO COM ZINCO METÁLICO E PINTURA EPÓXI, REVESTIMENTO INTERNO COM ARGAMASSA DE CIMENTO ALUMINOSO, COM BOLSA MODELO JE2GS E ANEL DE BORRACHA NITRÍLICA PARA JUNTA ELÁSTICA, CONFORME NBR 15420, NBR 7675, NBR 7676 E NM 020/DMAE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA	Metro	120

008	109713	TUBO EM FERRO DÚCTIL PARA REDES DE ÁGUA DIÂMETRO NOMINAL 150MM, COMPRIMENTO 6000MM, CLASSE DE PRESSÃO K-7, REVESTIMENTO EXTERNO COM ZINCO METÁLICO E PINTURA BETUMINOSA OU EPOXI, REVESTIMENTO INTERNO COM ARGAMASSA DE CIMENTO. BOLSA MODELO JE2GS E ANÉIS DE BORRACHA PARA JUNTA ELÁSTICA, CONFORME NBR 7675, NBR 7676 E NM 001/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA.	Metro	120
009	109779	TUBO EM FERRO DÚCTIL, DIÂMETRO NOMINAL 80MM E COMPRIMENTO DE 500MM, COM FLANGES PN-10, CONFORME NBR 7675 E NM 001/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA	Unidade	100

010	109706	TOCO EM FERRO DÚCTIL, DIÂMETRO NOMINAL 100MM E COMPRIMENTO DE 500MM, COM FLANGES PN-10, CONFORME NBR 7675 E NM 001/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA	Unidade	100
011	109725	TOCO EM FERRO DÚCTIL, DIÂMETRO NOMINAL 100 MM E COMPRIMENTO DE 250 MM, COM FLANGES PN-10, CONFORME NBR 7675 E NM 001/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA	Unidade	100
012	109737	CURVA EM FERRO DÚCTIL, DIÂMETRO NOMINAL 100 MM E ÂNGULO DE 90 GRAUS, COM FLANGES PN-10, CONFORME NBR 7675 E NM 001/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA	Unidade	100

013	109721	CURVA EM FERRO DÚCTIL, DIÂMETRO NOMINAL 80 MM E ÂNGULO DE 90 GRAUS, COM FLANGES PN-10, CONFORME NBR 7675 E NM 001/DMAE. INDICAR MARCA. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA	Unidade	100
014	109722	CURVA EM FERRO DÚCTIL, DIÂMETRO NOMINAL 100 MM, PARA JUNTA ELÁSTICA, COM ANEL DE BORRACHA, CONFORME NBR 7675 E NM 001/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA	Unidade	100

015	109737	TAMPÃO DE CORRER EM FERRO DÚCTIL, DIÂMETRO NOMINAL 100 MM, COM JUNTA MECÂNICA E ACESSÓRIOS (ANEL DE VEDAÇÃO, CONTRA-FLANGE, PARAFUSOS E PORCAS) CONFORME NBR 7675, COMPRIMENTO FACE A FACE (FLANGE A FLANGE) 320 MM COM TOLERÂNCIA DE +/- 25 MM, MASSA APROXIMADA DE 18,00 KG. DEMAIS DIMENSÕES E CONDIÇÕES DE ACORDO COM A NBR 7675 E NM 001/DMAE. O CONJUNTO DEVE SER ENTREGUE MONTADO, COM OS ANÉIS ENTREGUES EM SEPARADO. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA	Unidade	300

016	109724	LUVA DE CORRER EM FERRO DÚCTIL, DIÂMETRO NOMINAL 150 MM, COM JUNTA MECÂNICA E ACESSÓRIOS (ANEL DE VEDAÇÃO, CONTRA-FLANGE, PARAFUSOS E PORCAS), COMPRIMENTO FACE A FACE (FLANGE A FLANGE) 340 MM COM TOLERÂNCIA DE +/- 27MM, MASSA APROXIMADA DE 28,00 KG. DEMAIS DIMENSÕES E CONDIÇÕES DE ACORDO COM A NBR 7675 E NM 001/DMAE. O CONJUNTO DEVE SER ENTREGUE MONTADO, COM OS ANÉIS ENTREGUES EM SEPARADO. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA	Unidade	200

017	109772	TUBO DE CORRER EM FERRO DÚCTIL, DIÂMETRO NOMINAL 200 MM, COM JUNTA MECÂNICA E ACESSÓRIOS (ANEL DE VEDAÇÃO, CONTRA-FLANGE, PARAFUSOS E PORCAS), COMPRIMENTO FACE A FACE (FLANGE A FLANGE) 350 MM COM TOLERÂNCIA DE +/- 27MM, MASSA APROXIMADA DE 39,00KG. DEMAIS DIMENSÕES E CONDIÇÕES DE ACORDO COM A NBR 7675 E NM 001/DMAE. O CONJUNTO DEVE SER ENTREGUE MONTADO, COM OS ANÉIS ENTREGUES EM SEPARADO. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA .	Unidade	100

018	109726	LUVA DE CORRER EM FERRO DÚCTIL, DIÂMETRO NOMINAL 80MM, COM JUNTA MECÂNICA E ACESSÓRIOS (ANEL DE VEDAÇÃO, CONTRA-FLANGE, PARAFUSOS E PORCAS) CONFORME NBR 7677, COMPRIMENTO FACE A FACE (FLANGE A FLANGE) 310MM COM TOLERÂNCIA DE +/- 25MM, MASSA APROXIMADA DE 14,00KG. DEMAIS DIMENSÕES E CONDIÇÕES DE ACORDO COM A NBR 7675 E NM 001/DMAE. O CONJUNTO DEVE SER ENTREGUE MONTADO, COM OS ANÉIS ENTREGUES EM SEPARADO.SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA .	Unidade	400
019	109728	TAMPÃO CAIXA DE REGISTRO DE PARADA EM FERRO DÚCTIL NODULAR, CONFORME ABNT NBR 10160 VIGENTE, SEÇÃO CÔNICA COM TAMPA ARTICULADA, REVESTIMENTO COM TINTA BETUMINOSA, DIMENSÕES APROXIMADAS: BASE 160MM, ALTURA 115MM, TAMPA 125MM E COM A ARTICULAÇÃO 170MM. INDICAR MARCA.	Unidade	400

020	109741	ANEL DE BORRACHA NATURAL OU NITRÍLICA TIPO FX, DIÂMETRO NOMINAL 80MM, PARA USO EM CONEXÕES DE JUNTA MECÂNICA DE FERRO DÚCTIL, CONFORME ABNT NBR 7675 E NBR 7676 VIGENTES. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. INDICAR MARCA .	Unidade	800
021	109742	ARRUELA DE BORRACHA DE FACE PLANA PARA FLANGES, TIPO ABF, DN 100 MM, PN- 10, PARA USO EM CONEXÃO FLANGEADA DE FERRO DÚCTIL, CONFORME NBR 7675 E ESPECIFICAÇÃO DETALHADA COM TABELA DE REFERÊNCIA DIMENSIONAL ANEXA. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. INDICAR MARCA	Unidade	800
022	109742	VÁLVULA DE GAVETA EM FERRO FUNDIDO NODULAR DN 50 MM , COM FLANGES PN10, COM CUNHA EMBORRACHADA COM EPDM CONFORME NBR 14968. CUNHA EM FERRO DÚCTIL, NBR 6916, REVESTIDA INTEGRALMENTE COM ELASTÔMERO ATÓXICO EPDM, HASTE NÃO ASCENDENTE EM AÇO INOXIDÁVEL ABNT 410 OU ABNT 420, CONFORME NBR 5601, FABRICADA EM PEÇA ÚNICA SEM SOLDAS OU EMENDAS, BUCHA DA HASTE E PORCA DE MANOBRA EM BRONZE OU LATÃO, ELEMENTOS DE VEDAÇÃO ENTRE A BUCHA E A HASTE EM ELASTÔMERO, CONJUNTO CORPO E TAMPA COM ESPESSURA CAPAZ DE	Unidade	100

		SUPORTAR A PRESSÃO HIDROSTÁTICA INTERNA DE 3,2 MPA. A FIXAÇÃO DA TAMPA AO CORPO DEVERÁ SER FEITA CONFORME PREVISTO NO ITEM 5.3.1.4 DA NBR 14968, ATRAVÉS DE PARAFUSOS TIPO ALLEN DE AÇO INOX AISI A-304, SEM PORCAS, EMBUTIDOS NA TAMPA E NO CORPO, OU POR EFEITO AUTOCLAVE, PERMITINDO EM QUALQUER DAS HIPÓTESES O RENGAXETAMENTO, OU SEJA, TROCA DOS ANÉIS DO SISTEMA DE VEDAÇÃO DA HASTE COM A VÁLVULA TOTALMENTE ABERTA E COM A PRESSÃO DE SERVIÇO. EXTREMIDADES COM FLANGES PN10 DE ACORDO COM A NBR 7675, FACE A FACE CONFORME SÉRIE MÉTRICA CHATA NBR 12430 (SÉRIE 14), REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PÓ DE EPÓXI APLICADO POR PROCESSO ELETROSTÁTICO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 150 MICRA. FORNECIDO COM CABEÇOTE PARA ACIONAMENTO DIRETO. ATENDIMENTO DA NM 006/DMAE. PRAZO DE GARANTIA: MÍNIMO 18 MESES. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA.		
023	109759	VÁLVULA DE GAVETA EM FERRO FUNDIDO NODULAR DN 80 MM, COM FLANGES PN10, COM CUNHA EMBORRACHADA COM EPDM, CONFORME NBR 14698. CUNHA EM FERRO DÚCTIL, NBR 6916, REVESTIDA INTEGRALMENTE COM ELASTÔMERO ATÓXICO EPDM, HASTE NÃO ASCENDENTE EM AÇO INOXIDÁVEL ABNT 410 OU ABNT 420, CONFORME NBR	Unidade	100

		5601, FABRICADA EM PEÇA ÚNICA SEM SOLDAS OU EMENDAS, BUCHA DA HASTE E PORCA DE MANOBRA EM BRONZE OU LATÃO, ELEMENTOS DE VEDAÇÃO ENTRE A BUCHA E A HASTE EM ELASTÔMERO, CONJUNTO CORPO E TAMPA COM ESPESSURA CAPAZ DE SUPORTAR A PRESSÃO HIDROSTÁTICA INTERNA DE 3,2 MPA. A FIXAÇÃO DA TAMPA AO CORPO DEVERÁ SER FEITA CONFORME PREVISTO NO ITEM 5.3.1.4 DA NBR 14968, ATRAVÉS DE PARAFUSOS TIPO ALLEN DE AÇO INOX AISI A-304, SEM PORCAS, EMBUTIDOS NA TAMPA E NO CORPO, OU POR EFEITO AUTOCLAVE, PERMITINDO EM QUALQUER DAS HIPÓTESES O RENGAXETAMENTO, OU SEJA, TROCA DOS ANÉIS DO SISTEMA DE VEDAÇÃO DA HASTE COM A VÁLVULA TOTALMENTE ABERTA E COM A PRESSÃO DE SERVIÇO. EXTREMIDADES COM FLANGES PN10 DE ACORDO COM A NBR 7675, FACE A FACE CONFORME SÉRIE MÉTRICA CHATA NBR 12430 (SÉRIE 14), REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PÓ DE EPOXI APLICADO POR PROCESSO ELETROSTÁTICO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 150 MICRA. FORNECIDO COM CABEÇOTE PARA ACIONAMENTO DIRETO. ATENDIMENTO DA NM 006/DMAE. PRAZO DE GARANTIA: MÍNIMO 18 MESES. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA.		
024	109767	VÁLVULA DE GAVETA EM FERRO FUNDIDO NODULAR DN 100 MM, COM FLANGES PN10 , COM CUNHA EMBORRACHADA COM	Unidade	200

		EPDM, CONFORME NBR 14968. CUNHA EM FERRO DÚCTIL, NBR 6916, REVESTIDA INTEGRALMENTE COM ELASTÔMERO ATÓXICO EPDM, HASTE NÃO ASCENDENTE EM AÇO INOXIDÁVEL ABNT 410 OU ABNT 420, CONFORME NBR 5601, FABRICADA EM PEÇA ÚNICA SEM SOLDAS OU EMENDAS, BUCHA DA HASTE E PORCA DE MANOBRA EM BRONZE OU LATÃO, ELEMENTOS DE VEDAÇÃO ENTRE A BUCHA E A HASTE EM ELASTÔMERO, CONJUNTO CORPO E TAMPA COM ESPESSURA CAPAZ DE SUPORTAR A PRESSÃO HIDROSTÁTICA INTERNA DE 3,2 MPA. A FIXAÇÃO DA TAMPA AO CORPO DEVERÁ SER FEITA CONFORME PREVISTO NO ITEM 5.3.1.4 DA NBR 14968, ATRAVÉS DE PARAFUSOS TIPO ALLEN DE AÇO INOX AISI A-304, SEM PORCAS, EMBUTIDOS NA TAMPA E NO CORPO, OU POR EFEITO AUTOCLAVE, PERMITINDO EM QUALQUER DAS HIPÓTESES O RENGAXETAMENTO, OU SEJA, TROCA DOS ANÉIS DO SISTEMA DE VEDAÇÃO DA HASTE COM A VÁLVULA TOTALMENTE ABERTA E COM A PRESSÃO DE SERVIÇO. EXTREMIDADES COM FLANGES PN10 DE ACORDO COM A NBR 7675, FACE A FACE CONFORME SÉRIE MÉTRICA CHATA NBR 12430 (SÉRIE 14), REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO COM PÓ DE EPOXI APLICADO POR PROCESSO ELETROSTÁTICO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 150 MICRA. FORNECIDO COM CABEÇOTE PARA ACIONAMENTO DIRETO. ATENDIMENTO DA NM 006/DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A		

		REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA.		
025	110288	ARRUELA DE BORRACHA PARA FLANGE COM DIÂMETRO NOMINAL 50MM, FURAÇÃO PN-10. CONFORME ABNT NBR 7675 VIGENTE E ESPECIFICAÇÃO DETALHADA COM TABELA DE REFERÊNCIA DIMENSIONAL ANEXA. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. INDICAR MARCA.	Unidade	700
026	110376	LUVA DE CORRER EM FERRO DÚCTIL, DIÂMETRO NOMINAL 50MM, JUNTA MECÂNICA, COM ACESSÓRIOS (PARAFUSOS E ANÉIS DE BORRACHA), CONFORME NBR 7675. O CONJUNTO DEVE SER ENTREGUE MONTADO, COM OS ANÉIS ENTREGUES EM SEPARADO. CONFORME NM001 DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	Unidade	100
027	110384	CAP EM FERRO DÚCTIL, DIÂMETRO NOMINAL 80 MM, PARA JUNTA ELÁSTICA, MASSA APROXIMADA 3,0 KG, COM ANEL DE BORRACHA, CONFORME NBR 7675 E NM001 DO DMAE. INSPEÇÃO DE RECEBIMENTO EM FÁBRICA. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA.	Unidade	100

028	110812	BOMBA TIPO "Y", DIÂMETRO NOMINAL 50 MM (2"), CORPO E TAMPA EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL ASTM A-536, PINTURA EM EPÓXI FUNDIDO NA COR AZUL, COM EXTREMIDADES FLANGEADAS, PN 10, COMPRIMENTO ENTRE FLANGES DE 230 MM, FACES COM 3 SULCOS CONCÊNTRICOS, EQUIDISTANTES ENTRE SI, COM 1 MM DE PROFUNDIDADE; TAMPA FIXADA AO CORPO ATRAVÉS DE PARAFUSOS SEXTAVADOS E PORCAS EM AÇO CARBONO GALVANIZADO, COM BUJÃO DE LIMPEZA EM FERRO DÚCTIL, COM ROSCA 1.1/2" BSP, VEDAÇÃO DA TAMPA E DO BUJÃO ATRAVÉS DE ANEL DE VEDAÇÃO EM BORRACHA SINTÉTICA EPDM SUBSTITUÍVEL; ELEMENTO FILTRANTE SUBSTITUÍVEL EM CHAPA DE AÇO INOX AISI 304, NÃO FLEXÍVEL, COM ESPESSURA DE 0,8 MM E FURAÇÃO DE 0,8 MM. CONFORME NBR 6916, 7675 E NM 001 DMAE. PINTURA EPOXI AZUL. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA.	Unidade	100

029	110308	CONTRA FLANGE DE FERRO FUNDIDO DUCTIL, DIÂMETRO NOMINAL (DN) 50 MM, PN-10, FURAÇÃO E DIMENSÕES CONFORME NBR 7675, COM REVESTIMENTO BETUMINOSO OU EPÓXI, PARA UTILIZAÇÃO EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO DN50 MM (2") COM ROSCA BSP, SERVINDO DE CONEXÃO PARA HIDRÔMETRO DN50 MM. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA.	Unidade	400
030	200792	EXTREMIDADE EM FERRO DUCTIL, DN 100, PARA JUNTA ELÁSTICA, COM PONTA E FLANGE PN-10/16, COMPRIMENTO 360 MM, CONFORME NBR 7675 E NM001 DMAE. SERÁ SOLICITADA COMPROVAÇÃO DE QUE O MATERIAL NÃO ALTERA A QUALIDADE DA ÁGUA E NÃO OFERECE RISCO À SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA ENTREGA DEVERÁ SER COMPROVADA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. INDICAR MARCA.	Unidade	100

Documento Exigências para Inspeção de Recebimento em Fábrica

---

1. Os materiais a serem fornecidos deverão ser inspecionados, às expensas do fornecedor/contratado, conforme determina a norma ABNT NBR pertinente a cada material, assim como às exigências complementares dispostas no presente documento.

A **inspeção de recebimento em fábrica** do lote comprado será realizada por laboratório/empresa especializado (a), devendo o relatório da referida inspeção, juntamente com a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da inspeção correspondente, acompanhar a nota fiscal de entrega do material.

Em materiais a serem fornecidos com algum tipo de revestimento, a inspeção deverá ser realizada antes e após a aplicação do mesmo (revestimento).

2. Na elaboração da proposta**, o licitante** deverá **indicar** o**(s)** laboratório**(s)/empresa(s) especializado(a)(s) em inspeção de recebimento em fabrica, com reconhecida capacidade técnica,** que realizará(ão) a atividade**,** devendo informar o nome, razão social, CNPJ, número do registro no CREA/CONFEA (ativo), e opções de contato (endereço, telefone, pessoa para contato e e-mail) do laboratório.

É reservado ao DMAE o direito de rejeição da indicação do(s) laboratório(s)/empresa(s) proposto(a)(s), mediante fundamentação escrita. Caso ocorra tal rejeição, o licitante indicará outro laboratório/empresa especializada em **inspeção de recebimento em fábrica** a ser avaliado pelo Departamento, para contratação.

Na proposta do material a ser cotado também deverá ser informado o nome do fabricante e o nome da respectiva marca, quando existir.

3. O prazo de entrega do material deverá incluir o tempo necessário para a realização da inspeção de recebimento do lote em fábrica.

4. No relatório de inspeção deverão estar identificados:

a) O nome do fabricante;

b) O item inspecionado com suas características (lote, quantidade, especificações e rastreabilidade);

c) Destinatário/obra;

d) Local de realização da inspeção;

e) Data de realização da inspeção;

f) Métodos utilizados;

g) Instrumentos utilizados;

h) Resultados;

i) Conclusão.

Observação: O relatório de inspeção deve conter, no mínimo: nome e razão social, endereço, nº do telefone, nº do CNPJ, e-mail e/ou homepage do laboratório executante e nome, cargo, assinatura e nº de registro CREA/CONFEA do responsável técnico pela inspeção. O relatório de inspeção deverá identificar plenamente o lote, data de fabricação, destinatário dos materiais e os ensaios a que foram submetidos conforme as normas da ABNT e/ou constantes das especificações.

5. Os materiais constituintes do lote inspecionado e aceito deverão estar identificados de forma indelével pelo órgão/empresa que realizou a inspeção.

6. O fornecedor do material não sendo o próprio fabricante, deverá providenciar, quando do pedido, o planejamento da **inspeção de recebimento em fábrica**.

7. O Departamento, a seu critério, quando julgar necessário a realização de teste/inspeção do material entregue, para comprovação de sua qualidade, poderá, às

suas expensas, realizá-los em laboratório de sua preferência. Em caso de reprovação, o custo do teste/inspeção e todas as despesas decorrentes serão cobrados do fornecedor.

8. **A apresentação do relatório de inspeção e a ART deverão ocorrer por ocasião do fornecimento dos materiais, sem o que, as notas fiscais não serão liberadas para pagamento.**

9. O DMAE se reserva o direito de não aceitar a troca do material rejeitado na inspeção. Quando o DMAE não aceitar a troca do material, o fornecedor será comunicado.

10. Caso o material comprado não possua norma ABNT NBR que oriente a inspeção de recebimento, poderá o DMAE aceitar a documentação fornecida pelo fabricante, de acordo com a norma estrangeira que norteou a execução dos ensaios de fabricação do lote.

11. No caso de fornecedor estrangeiro, de materiais sem fabricação no Brasil, enquanto não houver norma ABNT NBR válida e o Departamento achar conveniente sua compra, será admitido o recebimento da documentação de fabricação do lote, juntamente com a norma estrangeira que o referenciou.

NORMAS TÉCNICAS DO DMAE

ANEXO IV- MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Documento SEI disponível no PORTAL DE COMPRAS

ANEXO V - ORDEM DE SERVIÇO Nº 001, DE 21 DE MAIO DE 2026

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001, DE 8 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre os indicadores da situação econômico-financeira das empresas participantes das modalidades de licitação previstas nos incs I e II do art. 28, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, realizadas pela Administração Direta e Indireta e revoga a Ordem de Serviço nº 003, de 21 de maio de 2021.

Considerando o disposto no artigo 69 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, referente à qualificação econômico-financeira das empresas licitantes,

considerando que a instituição de indicadores padronizados para verificação da situação financeira das referidas empresas, proporcionará aos órgãos encarregados de cadastro e elaboração de processos licitatórios melhores condições de avaliação da situação econômico-financeira das empresas,

considerando que os processos licitatórios devem ser permeados pelo Princípio da Competitividade, que visa a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, todavia, garantindo a segurança e a eficiência da contratação,

D E T E R M I N O:

Art. 1º A verificação da situação econômico-financeira das empresas licitantes com o Município de Porto Alegre observará o disposto na presente Ordem de Serviço.

§ 1º No caso de empresas participando em consórcio, não se admite a possibilidade de somatório de índices de qualificação econômico-financeira das empresas consorciadas; admitindo-se, entretanto, somatório de valores dos documentos contábeis das consorciadas para fins de cálculo da qualificação econômico-financeira do consórcio.

§ 2º Em atendimento ao art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os acréscimos para empresas que participam em consórcios serão somente sobre o capital social ou patrimônio líquido mínimo exigidos.

Art. 2º Para as compras para entrega futura e contratações de obras e serviços de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a verificação de que trata o art. 1º desta Ordem de Serviço será realizada mediante o exame do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis, nos seguintes indicadores:

I – Índice De Liquidez Corrente (LC);

II – Índice De Liquidez Geral (LG);

III – Solvência Geral (SG).

§ 1º Obterão classificação econômico-financeira as empresas que apresentarem, pelo menos, 2 (dois) dos 3 (três) indicadores iguais ou superiores aos estabelecidos nesta Ordem de Serviço, conforme Anexo I desta Ordem de Serviço.

§ 2º Os licitantes que não obtiverem a classificação econômico-financeira prevista no § 1º deste artigo, deverão comprovar que possuem capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para fins de obtenção da sua classificação econômico-financeira.

§ 3º A qualificação econômico-financeira estabelecida neste artigo também deverá ser exigida para o Sistema de Registro de Preços destinado à aquisição de bens e materiais ou à prestação de serviços, inclusive de engenharia e obras, observado o disposto no art. 85, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, independentemente do valor estimado.

§ 4º A verificação de que trata o *caput* deste artigo será realizada mediante o recebimento e análise das demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis nos termos do art. 5º desta Ordem de Serviço.

Art. 3º Para as compras para entrega futura e contratações de obras e serviços cujo valor estimado seja superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), assim como para as contratações cujo objeto seja prestação de serviços com cessão de mão de obra com dedicação exclusiva, independentemente de seu valor, a verificação de que trata o art. 1º desta Ordem de Serviço será realizada por meio do exame do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis, obtendo a classificação econômico-financeira as empresas que atenderem as seguintes condições:

sendo:

I – Indicadores iguais ou superiores aos estabelecidos nesta Ordem de Serviço,

a) Índice De Liquidez Corrente (LC);

b) Índice De Liquidez Geral (LG);

c) Solvência Geral (SG);

II – Capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 1º Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, que não sejam de engenharia, será também exigida a comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação.

§ 2º A verificação de que trata o *caput* deste artigo será realizada mediante o recebimento e análise das demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis nos termos do art. 5º desta Ordem de Serviço.

Art. 4º Para fins de apuração do valor estimado da licitação e verificação da situação econômico-financeira das empresas licitantes, considerar-se-á:

I – o valor total estimado do item ou do lote arrematado, quando a licitação tiver mais de um item ou lote de itens em disputa;

II – o valor total estimado, no caso de contratações por prazo não superior a 12 (doze) meses ou contratos por escopo, independentemente do prazo de execução;

III – o valor anual estimado, no caso de contratações de serviços contínuos com prazo de execução superior a 12 (doze) meses.

Art. 5º Para fins de análise econômico-financeira, as empresas poderão apresentar suas demonstrações contábeis da seguinte forma:

I – aquelas que utilizarem a Escrituração Contábil Digital (ECD), através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar Recibo de Entrega de Livro Digital, Termos de Abertura e Encerramento, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício;

II – aquelas que não utilizarem o sistema disposto no inc. I deste artigo deverão

apresentar Termos de Abertura e Encerramento, Balanço Patrimonial e Demonstração de resultado de Exercício, devidamente registrados no Registro de Comércio competente, conforme preconiza o art. 71 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958 e art. 1.181 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de2002;

III – o certificado do Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF) poderá ser aceito, desde contenha a data de vencimento das referidas peças contábeis, bem como os documentos citados nos incs. I e II deste artigo.

Art. 6º As empresas constituídas há menos de 1 (um) ano para participação em licitações apresentarão o Balancete de Verificação referente aos 2 (dois) últimos meses anteriores à data da sessão pública de abertura das propostas, no caso do Pregão e demais certames em que a abertura das propostas anteceder a fase de habilitação, ou à data de abertura dos documentos de habilitação, quando esta anteceder a fase de abertura das propostas.

Art. 7º As empresas constituídas há menos de 2 (dois) meses, para participação em licitações, apresentarão o Balanço de Abertura.

Parágrafo único. Os documentos referidos no § 4º do art. 2º e no § 2º do art. 3º desta Ordem de Serviço limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Art. 8º As formas societárias definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrativos de Resultados quando a licitação tratar de fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais.

Parágrafo único. Deverá ser exigida da licitante enquadrado na condição referida no *caput*, a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para usufruir do tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 9º As empresas fornecedoras de bens que não atingirem os índices estabelecidos para a qualificação econômico-financeira, prevista nos arts. 2º e 3º desta Ordem de serviço, estarão aptas, exclusivamente, para o fornecimento de bens para pronta entrega e para a locação de materiais.

§ 1º Para fins desta Ordem de Serviço, considera-se pronta entrega o fornecimento realizado pela contratada em 1 (uma) única parcela, e efetuado imediatamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da nota de empenho ou da ordem de compra.

§ 2º A hipótese prevista no § 1º deste artigo deverá constar expressamente no ato

convocatório.

Art. 10. A classificação econômico-financeira instituída nesta Ordem de Serviço poderá ser alterada nos Editais elaborados pela Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre, devidamente justificada em razão da peculiaridade do objeto licitado ou em decorrência de regras estabelecidas pelos entes alheios ao Município responsáveis pelo repasse ou financiamento dos recursos para o atendimento da despesa, ainda que parcialmente, sendo vedadas a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação e a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

Parágrafo único. A critério da Administração, poderão também ser exigidas no Edital:

I – declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;

II – relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

Art. 11. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Fica revogada a Ordem de Serviço 003, de 21 de maio de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 8 de maio de 2026.

Sebastião Melo, Prefeito de Porto Alegre.

ANEXO I

EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA

$$LC = \frac{AC}{PC} \text{ igual ou superior a } 1,0$$
$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \text{ igual ou superior a } 1,0$$
$$SG = \frac{A\ REAL}{PC + ELP} \text{ igual ou superior a } 1,0$$

COMPRAS E SERVIÇOS

$$LC = \frac{AC}{PC} \text{ igual ou superior a } 1,0$$
$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \text{ igual ou superior a } 1,0$$
$$SG = \frac{A\ REAL}{PC + ELP} \text{ igual ou superior a } 1,0$$

Para cálculo dos indicadores constantes deste Anexo deverão ser consideradas apenas uma casa decimal após a vírgula utilizando a metodologia de truncagem para tal.

LC = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações a curto prazo.
LG = mede a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas a longo prazo.
SG = mede a capacidade financeira da empresa a longo prazo para satisfazer as obrigações assumidas perante terceiros, exigíveis a qualquer prazo.

AC = Ativo Circulante.
PC = Passivo Circulante.
RLP = Realizável a Longo Prazo
ELP = Exígivel a Longo Prazo
A REAL = Ativo Total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (ex.: ativo diferido, despesas pagas antecipadamente).

MODELO AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA OS 003/21 GP/PMPA

FORNECEDOR:

ANÁLISE DOS INDICADORES

CONTAS: ANO FISCAL:		
Ativo Circulante	(A/C)	R$
Realizável Longo Prazo	(RLP)	R$
Ativo Total		R$
Valores Não Conversíveis		R$
Ativo Real	(AR)	R$
Passivo Circulante	(PC)	R$
Exigível a Longo Prazo	(ELP)	R$

(*) AR = Ativo Total - Valores não conversíveis em dinheiro

Indicadores	Fórmulas	Resultado	Compras/Serviços
Liquidez Corrente (LC)	LC = (AC/PC)	LC =	LC = 1,0
Liquidez Geral (LG)	LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)	LG =	LG = 1,0
Solvência Geral (SG)	SG = AR / (PC + ELP)	SG =	SG = 1,0

local, data, e assinatura do Contabilista

ANEXO VI - INSTRUÇÃO NORMATIVA 005/2024: DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Instrução Normativa 05/2024 da Controladoria Geral do Município

Decreto Municipal 23.743/2026

https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2026/2375/23743/decreto-n-23743-2026-dispoe-sobre-as-normas-e-os-procedimentos-a-serem-adotados-pelos-gestores-de-contratos-fiscais-de-contratos-fiscais-de-servicos-comissoes-responsaveis-pelo-recebimento-de-compras-e-demais-servidores-municipais-nos-contratos-ou-instrumentos-equivalentes-firmados-pela-administracao-centralizada-e-autarquias-do-municipio-de-porto-alegre-e-revoga-a-ordem-de-servico-n-005-de-18-de-maio-de-2023?q=23743

.

_____

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

AO **Departamento MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS**

PE Nº 150/2026

Assunto: **DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF n° _____ INFORMA a Relação dos sócios e relativa participação societária como segue:

N O M E D O S Ó C I O	**CPF**	**% de participação**

Porto Alegre, _____ de _____, de _____

(Assinatura e carimbo do responsável legal pela empresa)

_____

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

E u , NOME DO REPRESENTANTE, CPF DO REPRESENTANTE, na qualidade de INDICAR REPRESENTAÇÃO, declaro, sob as penas da lei, que aPESSOA JURÍDICA XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, com sede na ENDEREÇO (Logradouro, nº, complemento, Cidade – Estado):

1. não foi declarada INIDÔNEA para contratar com a Administração Pública, nos termos do**inciso IV, do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021** e de suas alterações posteriores, bem como não foi suspenso e limitado o direito de licitar e contratar com qualquer ente da federação incluindo autarquias, fundações, dentre outros.

2. que não realizou doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, nos termos da Lei Municipal 11.925/2015.

3. que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso e/ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos da Lei n.° 9.854/99, regulamentada pelo Decreto n.° 4.358, de 05/09/2002, observando o disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1° e no inciso III do artigo 5° da Constituição Federal.

5. que não possui em seu quadro societário servidor público ativo da Administração Pública Municipal de Porto Alegre.

6. ter conhecimento e estar de pleno acordo com as normas desta contratação, bem como que comunicarei à Administração Municipal qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade financeira.

CIDADE/ESTADO, DATA

_____

NOME DO REPRESENTANTE

QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

ANEXO IX - INSTRUÇÕES DIREÇÃO GERAL DMAE

Instrução DG nº 591 (Código de Ética)
https://sesuite.procempa.com.br/se/generic/gn_linkshare/linkshare.php?key=1nDJF31rQGKP&cdisosystem=73

Instrução DG nº 592 (ESTABELECE O REGULAMENTO DA FASE PREPARATÓRIA DAS AQUISIÇÕES DE BENS (MATERIAIS), RELATIVOS AOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE) -
https://sesuite.procempa.com.br/se/generic/gn_linkshare/linkshare.php?key=ujoV41ErwOr&cdisosystem=73

Instrução DG nº 594 (REGULAMENTA AS HIPÓTESES DE SIGILO NAS CONTRATAÇÕES) -
https://sesuite.procempa.com.br/se/generic/gn_linkshare/linkshare.php?key=1nnCiY1VxtkV&cdisosystem=73

O link direciona para o SE-Suite:
login: **Consulta**
Senha: **dmae2021**

ANEXO X - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO E
TELEFONE *E-MAIL*
INFORMAÇÕES BANCÁRIAS PARA PAGAMENTO: (Banco - Agência - Conta)

Item	Código	Especificação do Objeto	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Total Item (R$)	Marca/Referência

2. O valor total proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão-de-obra, prestação do serviço, fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, translado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

3. O prazo de validade da presente proposta é de90 (noventa) dias, da data fixada para a sua apresentação.

4. Estamos cientes da necessidade de cadastrar o mencionado representante no sistema **SEI** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre para assinar os documentos eletronicamente, conforme instruções disponibilizadas em http://sei.procempa.com.br/usuario_externo, devendo tal cadastramento ocorrer a partir da data da HOMOLOGAÇÃO do certame.

5. Declaramos que o endereço do correio eletrônico (*e-mail*) informado nesta proposta é válido para o recebimento de correspondências e notificações que se fizerem necessárias e estamos cientes que em caso de alteração, o Município deverá ser imediatamente informado do novo *e-mail* cadastrado.

6. Prazo de entrega do material, conforme disposto no Termo de Referência.

7. Prazo de Garantia _____

..... , ... de ..... de .....

(Nome e assinatura do responsável legal).

(RG)

CARIMBO DA EMPRESA

Documento assinado eletronicamente por **Ana Marli Gerevini**, **Coordenador(a)**, em 04/11/2026, às 17:32, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa informando o código verificador **42213230** e o código CRC **DCE8EFFD**.

SUMÁRIO

1. Objetivo e campo de aplicação 2
2. Referências 2
3. Definições 2
4. Especificações 3
4.1 Tubos e conexões em ferro dúctil 3
4.2 Acessórios 4
4.2.1 Anéis de vedação 4
4.2.2 Contra-flange 4
4.2.3 Parafusos 4
4.2.4 Arruelas 4
4.3 Tipos de Juntas 4
4.3.1 Juntas com flanges 4
4.3.2 Juntas elásticas 5
4.3.3. Juntas travadas 5
4.3.4. Junta mecânica 5
5. Recebimento e ensaios 5
5.1 Documentação para recebimento 6
5.2 Verificação visual 6
6. Armazenagem e manuseio 6
6.1 Transporte 6
6.2 Manuseio 7
6.3 Armazenagem 8
6.3.1 Armazenagem de tubos 8
6.3.2 Armazenagem de conexões 10
6.3.3 Armazenagem dos anéis de borracha 10
7. Observações 10
8. Registros 10
9. Histórico das alterações 11
10. Anexos 11

CÓPIA NÃO CONTROLADA

1. Objetivo e campo de aplicação

A Norma Técnica DMAE para especificação de tubos e conexões de ferro dúctil para redes de água têm o objetivo de fixar aspectos técnicos mínimos essenciais a serem considerados para o fornecimento desse material ao DMAE considerando as Normas Técnicas Brasileiras atualizadas e padronizando os materiais a serem adquiridos e utilizados pelo Departamento.

2. Referências

Os tubos e conexões de ferro fundido dúctil deverão atender às prescrições das Normas Brasileiras da ABNT conforme relacionadas a seguir, devendo ser utilizadas as edições mais recentes ou as normas que as venham substituir:

NBR 7675 - Tubos e conexões de ferro dúctil e acessórios para sistemas de adução e distribuição de água – Requisitos

NBR 7676 – Anel de borracha para juntas elástica e mecânica de tubos e conexões de ferro fundido – Tipos JE, JM e JE2GS – Especificação.

NBR 7674 - Junta elástica para tubos e conexões de ferro fundido dúctil

NBR 8682 - Revestimento de argamassa de cimento em tubos de ferro fundido dúctil

NBR 11827 - Revestimento externo de zinco em tubos de ferro fundido dúctil

3. Definições

ACESSÓRIO: Qualquer componente de uma canalização que não seja tubo ou conexão, tais como:

- contraflanges e parafusos para montagem de junta mecânica;
- contraflanges, parafusos e anéis de travamento para junta travada;
- parafusos, porcas e arruelas para juntas flangeadas;
- anéis de vedação e lubrificantes.

ADUTORA DE ÁGUA: Tubulação destinada a conduzir as águas de um manancial para uma estação de tratamento ou, de uma estação de tratamento para um reservatório de distribuição, uma unidade de bombeamento ou a uma tubulação de distribuição.

ANEL: Componente de vedação de elastômero utilizados nas juntas elásticas, juntas travada e juntas mecânicas.

BOLSA: Extremidade fêmea de uma conexão, que permite a montagem com uma extremidade macho (ponta) de um tubo ou de uma conexão adjacente.

CONEXÃO: Peça fundida que permite tamponamento, derivação, mudança de direção ou de diâmetro. Também são classificadas como conexões as extremidades com flange e bolsa ou com flange e ponta e as luvas.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

DIÂMETRO NOMINAL (DN): Simples número que serve para classificar em dimensões os elementos das tubulações (tubos, juntas, conexões e acessórios) e que corresponde aproximadamente ao diâmetro interno do tubo em milímetros, não deve ser objeto de medição e para cálculos hidráulicos.

FERRO FUNDIDO DÚCTIL: Tipo de liga de ferro utilizada para fabricação de tubos, conexões e acessórios, na qual a grafita se apresenta essencialmente em forma esferoidal.

FLANGE: Extremidade chata, circular, perpendicular ao eixo de um tubo ou conexão, com um círculo de furação com furos igualmente espaçados em relação ao seu eixo ortogonal, apropriados para instalação de parafusos. Um flange pode ser fixo (fundido com a peça ou soldado) ou ajustável; um flange ajustável que compreende um anel, em uma ou diversas partes aparafusadas entre si, que tem em uma de suas extremidades, uma união central que pode ser livremente girada em volta do eixo do tubo antes de ser montado.

JUNTA: Conjunto constituído pela extremidade de um tubo ou de uma conexão com outro componente contíguo e um elemento destinado a promover sua vedação.

JUNTA ELÁSTICA: Junta que proporciona uma deflexão angular e um movimento paralelo e/ou perpendicular em relação ao eixo dos tubos, das conexões ou de um tubo e uma conexão, montados com um anel de vedação de borracha (elastômero).

JUNTA MECÂNICA: Junta elástica na qual se obtém a vedação aplicando-se pressão ao anel de vedação por meios mecânicos, por exemplo, um contra-flange e parafusos correspondentes.

JUNTA ELÁSTICA TRAVADA: Junta na qual existe um dispositivo ou um meio que evita que ela se desmonte.

JUNTA COM FLANGES: Junta constituída pela união de dois componentes com extremidades flangeadas e uma arruela de face plena de borracha (elastômero), ou de amianto grafitado ou de outro material adequado às condições de operação e pressão. A junta com flanges é fixada através de um conjunto de parafusos porcas e arruelas.

PONTA: Extremidade macho de um tubo ou de uma conexão que permite a montagem com uma extremidade fêmea de um tubo (bolsa) ou conexão adjacente.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA: tubulação, ou malha de tubos, destinada a distribuição de água, de onde se faz a derivação para o ramal predial de água.

TUBO: Peça fundida de diâmetro uniforme, de eixos retilíneos, com extremidades em bolsa, ponta ou flange, exceto as extremidades com flange e bolsa ou com flange e ponta, e as luvas, que são classificadas como conexões.

4. Especificações

4.1 Tubos e conexões em ferro fundido dúctil

Os materiais dos tubos e conexões de ferro fundido dúctil utilizados pelo DMAE serão classe de pressão K-7 ou K-9, com junta elástica, junta mecânica, junta travada externa, junta travada interna ou junta com flanges, e deverão ser fabricados segundo a norma NBR 7675 - Tubos e

CÓPIA NÃO CONTROLADA

conexões de ferro dúctil e acessórios para sistemas de adução e distribuição de água - Requisitos.

Os tubos e conexões deverão ter proteção anticorrosiva interna e externa de acordo com as especificações do fabricante e conforme as normas NBR 8682 - Revestimento de argamassa de cimento em tubos de ferro fundido dúctil e NBR 11827 - Revestimento externo de zinco em tubos de ferro fundido dúctil.

Nas redes de água serão admitidos os seguintes diâmetros nominais (DN) padronizados para os tubos, conexões e acessórios: 50, 80, 100, 150, 200, 250, 300, 350, 400, 450, 500, 600, 700, 800, 900, 1000 e 1200, com barras de 6m para os diâmetros de 50 à 600, e barras de 7m para diâmetros maiores que 600.

4.2 Acessórios

4.2.1 Anéis de vedação

Os anéis de borracha deverão ser fabricados segundo a norma NBR 7676 - Anel de borracha para juntas elástica e mecânica de tubos e conexões de ferro fundido - Tipos JE, JM e JE2GS – Especificação.

4.2.2 Contra-flange

O contra-flange deverá ser fabricado segundo a norma NBR 7675 - Tubos e conexões de ferro dúctil e acessórios para sistemas de adução e distribuição de água - Requisitos.

4.2.3 Parafusos

Os parafusos deverão ser fabricados segundo a norma NBR 7675 - Tubos e conexões de ferro dúctil e acessórios para sistemas de adução e distribuição de água - Requisitos.

4.2.4 Arruelas

As arruelas deverão ser fabricadas segundo a norma NBR 7675 - Tubos e conexões de ferro dúctil e acessórios para sistemas de adução e distribuição de água - Requisitos.

4.3 Tipos de Juntas

4.3.1 Juntas com flanges

As dimensões e tolerâncias de flanges e arruelas de borracha de face plena para tubos e conexões devem atender aos requisitos da NBR 7675 - Tubos e conexões de ferro dúctil e acessórios para sistemas de adução e distribuição de água - Requisitos, o que assegura que todos os componentes flangeados, de mesmo diâmetro nominal (DN) e mesma pressão nominal (PN), sejam intercambiáveis entre si proporcionando uma performance adequada da junta.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

4.3.2 Juntas elásticas

Tubos e conexões com juntas elásticas devem estar de acordo com a NBR 7674 - Junta elástica para tubos e conexões de ferro fundido dúctil, com relação aos diâmetros externos (DE) das pontas e de suas respectivas tolerâncias. Isto assegura a intercambiabilidade entre os componentes equipados com diferentes tipos de juntas elásticas.

4.3.3. Juntas travadas

As juntas travadas para canalizações de ferro dúctil devem ser projetadas de acordo com a NBR 7675 - Tubos e conexões de ferro dúctil e acessórios para sistemas de adução e distribuição de água – Requisitos, e serão utilizadas especificamente em tubulações de recalque dispensando o uso de ancoragens nas mudanças de direção.

4.3.4. Junta mecânica

As juntas mecânicas para canalizações de ferro dúctil devem ser projetadas de acordo com a NBR 7675 - Tubos e conexões de ferro dúctil e acessórios para sistemas de adução e distribuição de água – Requisitos.

5. Recebimento e ensaios

Os tubos de ferro dúctil, conexões e acessórios para água deverão ser inspecionados e ensaiados conforme determina a norma NBR 7675 - Tubos e conexões de ferro dúctil e acessórios para sistemas de adução e distribuição de água – Requisitos.

Todas as inspeções e ensaios conforme determinado em Norma, serão às expensas do fornecedor.

Os lotes de materiais serão entregues no DMAE, com as respectivas notas fiscais ou faturas fornecidas pelo fabricante, juntamente com os laudos de inspeção.

O laboratório que realizar os ensaios deve ser de reconhecida capacidade e idoneidade, devendo ser aprovado formalmente pelo DMAE. Será sempre dado preferência a laboratório oficial público, como a Fundação Estadual de Ciência e Tecnologia (CIENTEC).

Os materiais somente poderão ser utilizados pelo DMAE, após a comprovação da referida inspeção e dos ensaios conforme determinados em Norma, conferência e autorização do Departamento, mediante aceite no formulário padrão de recebimento de material, no caso de recebimento em obra, ou carimbo de aceitação no empenho quando recebimento por compra direta do DMAE.

A coleta de amostras para ensaio também será efetuada conforme determinam as normas da ABNT.

No laudo de inspeção deverão estar identificados plenamente:

- Fabricante;
- Lote, com a quantidade e tipos de materiais;

CÓPIA NÃO CONTROLADA

- Destinatário;
- Os ensaios a que foram submetidos;
- Data da liberação;
- Relação das notas fiscais fornecidas pelo fabricante referente ao lote inspecionado.

O DMAE, a seu critério, quando julgar necessário a realização de testes do material entregue, para comprovar a sua qualidade, poderá, às suas expensas, realizar a inspeção e ensaios do material, conforme as normas da ABNT, pela CIENTEC, ou outro laboratório que julgar conveniente.

5.1 Documentação para recebimento

O documento de compra deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Descrição do produto;
b) Diâmetro nominal;
c) Tipo de extremidade;
d) Anéis de Vedação

5.2 Verificação visual

Todas os materiais devem ser verificados quanto aos itens constantes no documento de compra. Além disso, devem apresentar as seguintes características:

a) Total conformidade com o especificado quanto à extremidade;
b) Anéis de Vedação conforme especificado;
c) Marca do fabricante indelével em cada peça;

6. Armazenagem e manuseio

A carga, transporte, descarga e armazenagem do material deverão ser feitos rigorosamente de acordo com as recomendações do fabricante no que se refere ao empilhamento máximo, ao manuseio e à exposição a agentes corrosivos ou ambientes e condições desfavoráveis. Também devem ser atendidos às seguintes considerações:

6.1 Transporte

A carga dos tubos para transporte até a obra ou local de entrega, deve ser efetuada em caminhões de carroceria com total segurança.

Os tubos devem ser colocados sobre berço de madeira e fixados com calço para cada tubo e protegidos com borracha nas amarrações.

O caminhão só deve ser liberado para viagem após a inspeção da carga dos tubos que deverá estar rigorosamente de acordo com as normas de segurança.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

O transporte deverá ser feito com todo o cuidado, de forma a não provocar impactos e avarias aos tubos e conexões. Deverão ser evitados, particularmente, o manuseio violento e o contato dos mesmos com peças metálicas salientes.

6.2 Manuseio

No manuseio dos tubos sugere-se a utilização de equipamentos mecânicos com capacidade adequada ao peso dos tubos e das conexões. Poderão ser utilizados guindastes, empilhadeiras ou o guincho do próprio caminhão, quando for o caso.

Deve ser evitado o contato entre partes metálicas do equipamento ou dispositivo de içamento e o revestimento externo ou interno dos tubos e das conexões.

Recomenda-se a utilização de ganchos apropriados, revestidos com plástico, borracha, feltro ou outro material semelhante, para o içamento dos tubos e das conexões pelas extremidades, conforme a mostra a figura 2 a seguir:

Quando suspensos por cabos de aço, os tubos e conexões deverão ser guiados no início e ao final da manobra de içamento. Não são admitidos outros tipos de içamento não descritos nesta norma.

Poderão, ainda, ser utilizadas cintas de lona ou nylon tipo “sling” com 15 cm de largura ou qualquer material que não danifique o revestimento externo. Caso seja utilizada apenas uma cinta, esta deverá ser posicionada de forma a equilibrar a peça. No caso de utilização de duas cintas, o equilíbrio será mantido através de um “balancim”, conforme a Figura 01.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

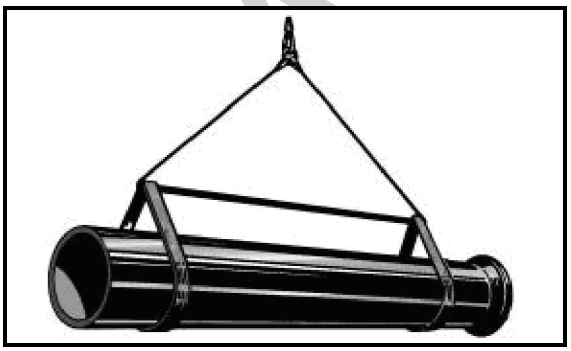


Fig 1 - Içamento com cintas

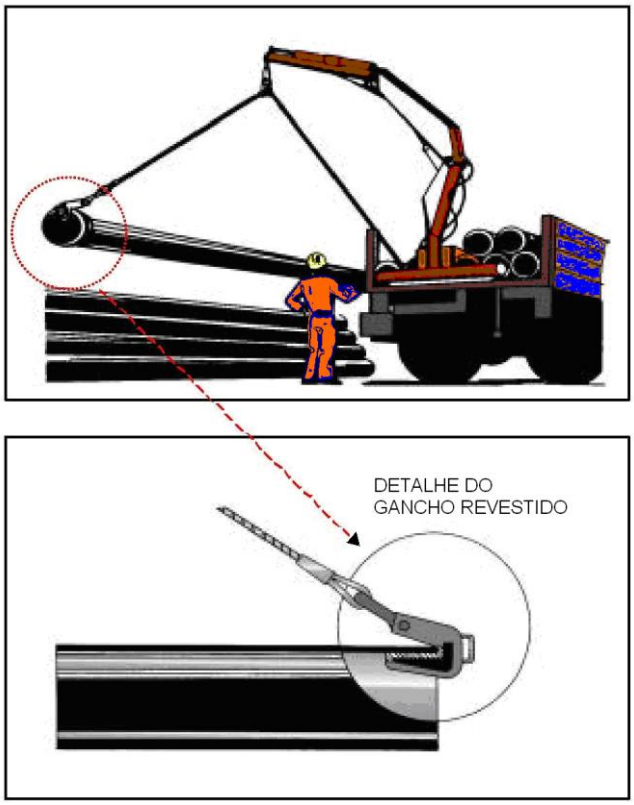


Fig 2 – Içamento com ganchos

Deve-se evitar balanços, choques de qualquer natureza, contato brutal com o chão e atritos que possam danificar o revestimento externo ou interno.

Para manuseio com empilhadeiras os garfos destas deverão ser revestidos com feltro ou borracha.

Os tubos e conexões não deverão, em hipótese alguma, ser arrastados ou rolados diretamente sobre o solo, devendo ser utilizadas pranchas de madeira, empilhadeiras ou caminhão equipado com guincho.

Na descarga na frente de serviço, os tubos e conexões deverão ser dispostos ao longo das valas, do lado oposto à terra removida, sendo os tubos com as bolsas dirigidas de jusante para montante da tubulação.

Não é permitido descarregar os tubo ou conexões com lançamento ao solo, mesmo que sobre areia ou pneus, descargas sobre pedras, raízes ou qualquer elemento que possa causar danos ao revestimento externo, por raspagem, ou ao interno, por choque pontual, no caso dos tubos.

6.3 Armazenagem

Quando os tubos e conexões ficarem estocados por longos períodos, deverão ser armazenados de maneira adequada, evitando-se danos provocados pela ação de variáveis que interfiram na integridade das peças. Deverá ser evitada a sua exposição a agentes corrosivos ou inadequados.

6.3.1 Armazenagem de tubos

Deverão ser observadas as seguintes recomendações:

- Os tubos devem ser armazenados em locais apropriados e de superfície plana.
- Os tubos devem ser empilhados em berço de madeira e fixados com calços para evitar movimentos horizontais.
- Serão formadas camadas, sendo que todos os tubos, nos vários níveis, terão suas bolsas orientadas no mesmo sentido, conforme Fig. 3:

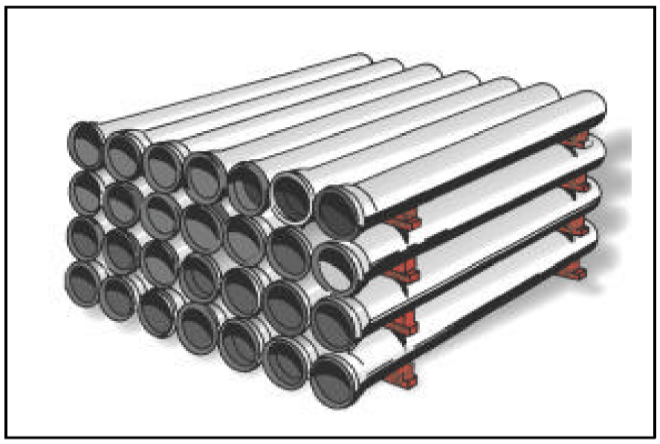


Fig 3 – Empilhamento de Tubos de Ferro Dúctil

CÓPIA NÃO CONTROLADA

- Os tubos da primeira camada serão colocados sobre duas pranchas de madeira paralelas, situadas a 1,0 m de suas extremidades.
- As bolsas serão justapostas orientadas para o mesmo lado, não devendo tocar o solo.
- Entre cada tubo, próximo de suas pontas, deverão ser colocados calços de tamanho adequado, que os manterão devidamente afastados e imobilizados.
- O primeiro e o último tubo da primeira camada serão calçados por meio de cunhas fortemente pregadas nas pranchas, uma em cada extremidade.
- Os tubos das demais camadas serão colocados sobre espaçadores de madeira com espessura mínima relacionada na Tabela 1. Tanto os espaçadores como as bolsas das diversas camadas deverão ser alinhados.
- O primeiro e o último tubo de cada camada deverão ser calçados como os da primeira.
- Deverá ser obedecido o limite de camadas de estocagem, conforme a Tabela 1.

Tabela 1- Número máximo de camadas na pilha e espessura mínima dos espaçadores de madeira entre camadas

Diâmetro Nominal (DN)	**Número máximo de camadas na pilha**		**Espaçadores de Madeira entre Camadas**
(mm)	Tubos Classes K7 e 1 MPa	Tubos Classe K9	Espessura Mínima (cm)
50	-	33	5,5
80	-	30	6,5
100	27	27	7,0
150	22	22	7,5
200	18	18	8,0
250	16	16	8,5
300	14	14	8,0
350	12	12	7,5
400	11	11	7,5
450	10	10	8,0
500	08	08	8,0
600	06	07	8,5

CÓPIA NÃO CONTROLADA

Diâmetro Nominal (DN)	Número máximo de camadas na pilha		Espaçadores de Madeira entre Camadas
(mm)	Tubos Classes K7 e 1 MPa	Tubos Classe K9	Espessura Mínima (cm)
700	04	05	8,5
800	03	04	9,0
900	03	04	9,5
1000	02	03	11,0
1200	02	02	13,5

6.3.2 Armazenagem de conexões

As conexões deverão ser armazenadas em tablados de madeira, gavetas ou prateleiras, nunca amontoadas aleatoriamente.

Não são permitidos empilhamentos superiores a três camadas.



Fig 4 – Empilhamento de conexões de Ferro Dúctil

6.3.3 Armazenagem dos anéis de borracha

Anéis e arruelas de borracha para juntas elásticas devem ser estocados em suas embalagens originais, ao abrigo do calor, raios solares, óleos e graxas.

Deverão ser escolhidos locais com temperaturas entre 5 e 25º C.

7. Observações

Não se aplica.

8. Registros

- Nota fiscal do fabricante e laudos respectivos, conforme definido nas Normas da ABNT;
- Relatório de recebimento (quando material recebido na obra);
- Nota de empenho com carimbo de aceitação ou rejeição (quando material adquirido diretamente pelo DMAE).

CÓPIA NÃO CONTROLADA

9. Histórico das alterações

00 – Criação do documento;

01 – Revisão geral do documento;

02 – Revisão geral do documento;

03 – Atualização de lay out e validação

10. Anexos

Não aplicável.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

SUMÁRIO

1. Objetivo e campo de aplicação 2
2. Referências 2
3. Definições 2
4. Especificações 2
4.1 Características Gerais 2
4.2 Materiais 3
4.3 Disposições construtivas 3
4.3.1 Corpo e tampa 3
4.3.2 Junta de vedação 3
4.3.3 Flanges 3
4.3.4 Bolsas 3
4.3.5 Pintura Anticorrosiva 3
4.3.6 Acabamento superficial 4
4.3.7 Revestimento da cunha 4
4.3.8 Operação 4
4.3.9 Estanqueidade 4
5. Recebimento e ensaios 5
5.1 Requisitos de compra 5
5.2 Características funcionais 6
5.3 Verificação dimensional e acabamento superficial 6
5.4 Estanqueidade 6
5.5 Torque de manobra 6
5.6 Resistência ao uso 7
5.7 Resistência hidrodinâmica 7
6. Armazenagem e manuseio 7
7. Observações 7
8. Registros 7
9. Histórico das Alterações 7
10. Anexos 7

CÓPIA NÃO CONTROLADA

1. Objetivo e campo de aplicação

Esta Norma Técnica DMAE têm o objetivo de fixar os parâmetros mínimos relativos às especificações técnicas, forma de recebimento, inspeção, manuseio e armazenamento das Válvulas Gaveta de Ferro Fundido com Cunha de Vedação Revestida de Elastômero a serem fornecidas para o DMAE.

2. Referências

Além das Normas Técnicas DMAE para elaboração de projetos, de especificação de Materiais e de Serviços, devem ser atendidas as Normas da ABNT pertinentes, relacionadas a seguir, devendo, na ocasião da elaboração do projeto, ser utilizadas as edições mais recentes ou as normas que as venham substituir.

NBR 7675 - Conexões de Ferro Fundido Dúctil

3. Definições

VÁLVULA GAVETA DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL COM CUNHA REVESTIDA DE ELASTÔMERO - A válvula de gaveta que, na engenharia sanitária, é geralmente chamada de registro, é utilizada em canalizações que transportam água bruta tratada ou esgoto gradeado, sob pressão, à temperatura ambiente ou que não exceda 60° C. Esta válvula se destina a bloqueio, não sendo recomendada para regulagem ou estrangulamento. Quando utilizada desta forma, apresenta excessiva vibração e desgaste prematuro dos componentes.

4. Especificações

4.1 Características Gerais

Para os efeitos desta norma, as válvulas gaveta com cunha emborrachada podem ser classificadas quanto ao tipo de extremidade, distância entre faces e tipo de acionamento.

Tipo de extremidade

As válvulas gaveta podem ser classificadas quanto ao tipo de extremidade em:

a) Válvulas com bolsas para tubulações de ferro fundido;

b) Válvulas com flanges.

Distância entre faces

As válvulas gaveta podem ser classificadas quanto à distância entre faces em:

a) Corpo curto (série 14 da ISO 5752);

b) Corpo longo (série 15 da ISO 5752).

Tipo de acionamento

As válvulas gaveta podem ser classificadas quanto ao tipo de acionamento em:

a) Válvulas com acionamento comandado através de volante ou de cabeçote, com ou sem mecanismo de redução;

CÓPIA NÃO CONTROLADA

b) Válvulas com acionamento comandado através de sistemas eletromecânicos, hidráulicos ou pneumáticos.

4.2 Materiais

Os componentes das válvulas gaveta devem ser fabricados com os seguintes materiais:
a) Corpo, tampa, suporte, porca de fixação, volante e cabeçote: de ferro fundido nodular FE 42012 conforme NBR 6916;
b) Cunha: de ferro fundido nodular FE 42012 conforme NBR 6916, revestida integralmente com elastômero sintético EPDM;
c) Haste: de aço inoxidável martensítico (13% Cr) ABNT 410 conforme NBR 5601;
d) Bucha: de bronze;
e) Porca de manobra: de latão com, no máximo, 16% de zinco;
f) Junta de vedação entre a bucha e haste: de elastômero;
g) Placa de identificação: de alumínio ou aço inoxidável;
h) Parafuso e porca: de aço-carbono NBR 1020, galvanizados por imersão a quente conforme ASTM A153 grau C ou de aço inoxidável AISI 304.

4.3 Disposições construtivas

4.3.1 Corpo e tampa

As espessuras do corpo e da tampa devem ser projetadas de tal forma que o conjunto suporte uma pressão hidrostática interna superior a duas vezes a pressão nominal.

4.3.2 Junta de vedação

As válvulas devem ser projetadas de modo a permitir a troca da junta de vedação, entre a bucha e a haste, quando totalmente abertas e sujeitas à pressão.

4.3.3 Flanges

Os flanges devem ser confeccionados com ressaltos e ranhuras, com dimensões para PN 16 de acordo com a ISO 2531 e furações para PN 10 ou PN 16, conforme necessidade de aplicação. As faces de contato de flanges devem ter acabamento superficial compatível com as condições de estanqueidade a assegurar.

4.3.4 Bolsas

As dimensões e tolerâncias das bolsas de juntas elásticas devem ser conforme NBR 7674 ou NBR 13747 para tubulações de ferro fundido.

4.3.5 Pintura Anticorrosiva

Os componentes de ferro fundido devem ser revestidos interna e externamente com pintura em epóxi a pó. O revestimento empregado deve ser resistente aos impactos inerentes ao transporte, ao manuseio, instalação e operação da válvula e propiciar uma adequada proteção contra corrosão, inclusive quando a válvula for instalada enterrada. O revestimento deve ser adequado ao fluido que passa pela válvula, do ponto de vista de higiene e segurança. Conforme a Portaria 036 do Ministério da Saúde o produto empregado deve ser atóxico, não pode propiciar o desenvolvimento de fauna

CÓPIA NÃO CONTROLADA

microbiológica e não deve provocar turbidez, coloração, gosto ou odor à água com a qual pode estar em contato. O fabricante da válvula deve adotar controles de fabricação e emitir respectivos relatórios, para assegurar a espessura e a qualidade do revestimento.

4.3.6 Acabamento superficial

As peças fundidas devem ser isentas de porosidades, cavidades produzidas por gases, bolhas, depressões, rebarbas, inclusões de areia e escamas de oxidação. As superfícies usinadas devem apresentar acabamento uniforme e estar isentas de arranhões, cortes, mossas, rebarbas e cantos vivos. Todo componente fundido, que apresentar em sua superfície pequenas imperfeições inerentes ao processo de fabricação e que não prejudiquem sua utilização, poderá ser aceito a critério do DMAE.

4.3.7 Revestimento da cunha

A cunha de ferro fundido deve ter revestimento uniforme de EPDM, resistente às condições de uso e operações de abertura e fechamento da válvula. O fabricante da válvula deve adotar controles de fabricação e emitir respectivos relatórios, para assegurar a qualidade do revestimento e garantir uma espessura mínima, de acordo com o projeto da válvula.

4.3.8 Operação

O fechamento da válvula gaveta deve ocorrer quando a haste é girada no sentido horário.

O fabricante deve indicar em documentação o número de voltas necessárias para o fechamento e abertura da válvula correspondente. A concepção da válvula deve permitir sua adaptação a acionamentos comandados. Os torques de manobra a serem aplicados nas hastes das válvulas para a sua abertura, com as gavetas fechadas e sob pressão diferencial igual à pressão máxima de trabalho, devem ser inferiores aos valores abaixo indicados:

Diâmetros Nominais	Torque de Manobra (N.m)
DN 50	60
DN 75	75
DN 80	75
DN 100	100
DN 150	150
DN 200	200
DN 250	250
DN 300	300

Com a gaveta fechada e sob pressão diferencial igual à pressão de trabalho, a força máxima a ser aplicada no volante para a abertura da válvula deve ser de 400 N.

4.3.9 Estanqueidade

A estanqueidade da junta de vedação entre a bucha e a haste deve ser assegurada por anéis de seção circular, empregando-se no mínimo dois anéis. O projeto da válvula deve

CÓPIA NÃO CONTROLADA

permitir que os anéis possam ser substituídos quando a válvula estiver sob pressão e totalmente aberta.
Os corpos de válvulas gaveta, quando submetidos à pressão hidrostática de 2,4 MPa devem apresentar-se sem vazamentos ou exsudações. As sedes de válvulas gaveta, quando submetidas à pressão hidrostática de 1,6 MPa em ambos os sentidos, devem apresentar-se sem vazamentos.

4.3.9.1 Passagem da válvula

As válvulas devem apresentar passagem plena quando totalmente abertas. Não se permite qualquer reentrância no local do assentamento do obturador.

4.3.9.2 Marcações

As válvulas devem trazer no corpo, marcado em alto-relevo, no mínimo, o que segue:
→ Diâmetro nominal (DN);
→ Pressão nominal (PN 16);
→ Designação internacional padronizada do ferro fundido nodular (SG);
→ Nome ou marca de identificação do fabricante da válvula e da fundição;
→ Série métrica a qual pertence: 14 ou 15 da ISO 5752;
→ Indicação do ano de fabricação e código que permita, no mínimo, a rastreabilidade do fundido.

4.3.9.3 Placa de identificação

A placa de identificação deve ser fixada ao corpo da válvula de forma segura.

5. Recebimento e ensaios

Todas as válvulas gaveta de ferro fundido com cunha emborrachada, adquiridas pelo DMAE ou por seus prestadores de serviço, devem ser inspecionadas pelo DMAE no local de fabricação da válvula, a menos que o DMAE estabeleça de forma diferente. O DMAE deve ter livre acesso a todos os locais e documentos relacionados com a inspeção. Os ensaios devem ser realizados em laboratórios previamente autorizados pelo DMAE.
As válvulas gaveta de ferro fundido dúctil com cunha emborrachada devem ser entregues com a gaveta fechada e pintura de proteção contra corrosão conforme estabelecido no item 4.2.5. Deverá ainda ser feito exame visual e verificar os documentos que demonstrem o atendimento dos itens 5.1 ao 5.7.

5.1 Requisitos de compra

O documento de compra deve conter, no mínimo, as seguintes informações:
a) Número desta Norma;
b) Série a qual pertence à válvula: 14 ou 15;
c) Diâmetro nominal;
d) Furação necessária: PN 10 ou PN 16;
e) Tipo de extremidade: flanges, bolsas;
f) Tipo de acionamento: volante, cabeçote, etc;
g) Dados das condições de uso: fluido, temperatura, agressividade química, abrasão;

CÓPIA NÃO CONTROLADA

h) Outras exigências: circuito de alívio, dreno, indicador de abertura;
i) Inspeção DMAE.

5.2 Características funcionais

Para cada modelo de válvula e diâmetro nominal, o fabricante deve indicar em sua documentação as características funcionais e garantir uma taxa de vazamento igual a zero com a cunha fechada.

5.3 Verificação dimensional e acabamento superficial

Todas as peças devem ser verificadas quanto aos itens constantes no documento de compra. As peças fundidas devem ser isentas de porosidades, cavidades produzidas por gases, bolhas, depressões, rebarbas, inclusões de areia e escamas de oxidação. As superfícies usinadas devem apresentar acabamento uniforme e estar isentas de arranhões, cortes, mossas, rebarbas e cantos vivos. Todo componente fundido, que apresentar em sua superfície pequenas imperfeições inerentes ao processo de fabricação e que não prejudiquem sua utilização, poderá ser aceito a critério do DMAE.

5.4 Estanqueidade

As válvulas gaveta com cunha emborrachada devem resistir a um ensaio hidrodinâmico no qual o corpo da válvula gaveta, quando submetidos à pressão hidrostática de 2,4 MPa deve apresentar-se sem vazamentos. E as sedes da válvula gaveta, quando submetidas à pressão hidrostática de 1,6 MPa em ambos os sentidos, devem apresentar-se sem vazamentos.

5.5 Torque de manobra

As válvulas gaveta devem ser projetadas para que o torque de manobra a ser aplicado nas hastes das válvulas para a sua abertura, com as gavetas fechadas e sob pressão diferencial igual à pressão máxima de trabalho, devem ser inferiores aos valores abaixo indicados:

Diâmetros Nominais	Torque de Manobra (N.m)
DN 50	60
DN 75	75
DN 80	75
DN 100	100
DN 150	150
DN 200	200
DN 250	250
DN 300	300

Com a gaveta fechada e sob pressão diferencial igual à pressão de trabalho, a força máxima a ser aplicada no volante para a abertura da válvula deve ser de 400 N.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

5.6 Resistência ao uso

As válvulas gaveta devem ser projetadas para suportarem os torques, aplicados em suas hastes, sem redutores, especificados na tabela abaixo:

Diâmetros Nominais	Torque de Manobra (N.m)
DN 50	250
DN 75	250
DN 80	250
DN 100	250
DN 150	300
DN 200	400
DN 250	500
DN 300	600

5.7 Resistência hidrodinâmica

As válvulas gaveta com cunha emborrachada devem resistir a um ensaio hidrodinâmico, com um mínimo de 300 ciclos completos de abertura e fechamento, sob uma pressão superior a 80% da pressão de trabalho, aplicando-se um torque de manobra inferior ao indicado no item 4.7. Após a conclusão dos 300 ciclos, com a gaveta fechada, a válvula não deve apresentar vazamentos.

6. Armazenagem e manuseio

As válvulas de gaveta devem ser estocadas em local seco e manuseadas de forma que sua proteção anticorrosiva não seja afetada.

7. Observações

Não se aplica.

8. Registros

Nota fiscal do equipamento recebido.

9. Histórico das Alterações

00 – Criação do documento.

01 – Atualização de lay out e validação

10. Anexos

Não se aplica.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

SUMÁRIO

1. Objetivo e campo de aplicação 3
2. Referências 3
3. Definições 3
4. Especificações 5
4.1 Tubos, conexões e acessórios 5
4.2 Anéis de vedação 6
4.3 Tipos de juntas 6
4.3.1 Juntas com flanges 6
4.3.2 Juntas elásticas 6
4.3.3 Juntas travadas 6
4.4 Diâmetros, espessuras, comprimentos, revestimentos e acessórios. 6
4.4.1 Diâmetro externo 6
4.4.2 Diâmetro interno 7
4.4.3 Espessura de parede 7
4.4.4 Comprimento de tubos com ponta e bolsa 7
4.4.5 Comprimentos de tubos com flanges 7
4.4.6 Reparos por soldagem 8
4.4.7 Revestimento externo e interno de tubos 8
4.5 Conexões para esgotamento por gravidade 9
4.5.1 Luvas 9
4.5.2 Luvas de ancoragem 9
4.5.3 Curva 10
4.5.4 Junção 10
4.5.5 Selim 10
4.5.6 Te de inspeção 10
4.5.7 Revestimento de conexões e acessórios 10
4.6 Resistência química a efluentes 10
4.7 Resistência a abrasão 11
4.8 Controle do processo de fabricação 11

CÓPIA NÃO CONTROLADA

5. Recebimento e ensaios 11
5.1 Requisitos de compra 11
5.2 Inspeção visual 12
5.3 Amostras 12
5.3.1 Formação de amostras de tubos 12
5.3.2 Formação de amostras de conexões e acessórios 13
5.4 Ensaios 13
5.4.1 Exames dimensionais 13
5.4.2 Verificação da resistência à tração 15
5.4.3 Verificação da dureza Brinell 15
5.4.4 Determinação da massa do revestimento de zinco 15
5.4.5 Verificação da espessura do revestimento de pintura 16
5.4.6 Verificação da resistência à compressão do revestimento de argamassa de cimento aluminoso 16
5.4.7 Verificação da espessura do revestimento de argamassa de cimento aluminoso 16
5.4.8 Ensaio de estanqueidade de tubos e conexões 16
5.4.9 Ensaios tipo 16
5.5 Aceitação e rejeição 17
5.6 Relatório de resultados da inspeção 17
6. Armazenagem e manuseio 17
6.1 Manuseio 17
6.2 Transporte 18
6.3 Armazenagem 19
6.3.1 Armazenagem de conexões 19
6.3.2 Formação das pilhas de tubos 19
6.3.3 Armazenagem dos anéis e arruelas de borracha 21
7. Observações 21
8. Registros 21
9. Histórico das Alterações 21
10. Anexos 21

CÓPIA NÃO CONTROLADA

1. Objetivo e campo de aplicação

A Norma Técnica DMAE para especificação de tubos e conexões de ferro dúctil para redes coletoras, coletores tronco, interceptores e emissários de esgoto sanitário têm o objetivo de fixar aspectos técnicos mínimos essenciais a serem considerados para o fornecimento desse material ao DMAE considerando as Normas Técnicas Brasileiras atualizadas e padronizando os materiais a serem adquiridos pelo Departamento.

Os tubos e conexões de ferro fundido dúctil poderão ser aplicados nas diversas partes do sistema de esgotamento sanitário, tais como: redes coletoras, interceptores, emissários, linhas de recalque e estações de tratamento de esgotos sanitários, trabalhando como conduto livre ou forçado.

2. Referências

Os tubos e conexões de ferro fundido dúctil deverão obedecer às prescrições da última revisão das seguintes normas:

NBR 7215 - Cimento Portland - Determinação da resistência à compressão;

NBR-7674 - Junta elástica para tubos e conexões de ferro fundido dúctil;

NBR-7675 - Tubos e conexões de ferro dúctil e acessórios para sistemas de adução e distribuição de água – Requisitos;

NBR-7676 - Anel de borracha para juntas elástica e mecânica de tubos e conexões de ferro fundido - Tipos JE, JM e JE2GS – Especificação;

NBR-8682 - Revestimento de argamassa de cimento em tubos de ferro fundido dúctil;

NBR 11827 - Revestimento externo de zinco em tubos de ferro fundido dúctil;

NBR 13747 - Junta elástica para tubos e conexões de ferro fundido dúctil - Tipo JE2GS - Especificação

NBR 15420 - Tubos, conexões e acessórios de ferro dúctil para canalizações de esgotos – Requisitos;

NBR NM 187-1 - Materiais metálicos - Dureza Brinell - Parte 1: Medição da dureza.

3. Definições

ACESSÓRIO: Qualquer componente de uma canalização que não seja tubo ou conexão, tal como:

- contraflanges e parafusos para montagem de junta elástica mecânica;
- contraflanges, parafusos e anéis de travamento para junta elástica travada;
- parafusos, porcas e arruelas para juntas flangeadas;
- anéis de vedação e lubrificantes.

ANEL: Componente de vedação de elastômero, apropriado para a junta elástica ou junta mecânica, conforme o caso.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

BOLSA: Extremidade fêmea de um tubo ou de uma conexão, que permite a montagem com uma extremidade macho de um tubo ou conexão adjacente;

CAIXA DE PASSAGEM (CP): Câmara sem acesso, localizada em pontos singulares por necessidade construtiva;

COLETOR DE ESGOTO: Tubulação da rede que recebe contribuição de esgotos das ligações prediais em qualquer ponto ao longo do seu comprimento;

COMPRIMENTO ÚTIL: Comprimento útil de um tubo já descontado a porção de encaixe no caso de tubo ponta e bolsa. Para tubos e conexões com flanges, o comprimento útil L é igual ao comprimento total;

CONEXÃO: Peça fundida, diferente de um tubo, que permite uma derivação, uma mudança da direção ou de diâmetro. As extremidades com flange e bolsa, com flange e ponta e as luvas são também classificadas como conexões;

DIÂMETRO NOMINAL (DN): Simples número que corresponde a uma designação alfanuméríca adimensional, que serve para classificar em dimensões todos os componentes de uma canalização. Trata-se de um número inteiro utilizado como referência e que corresponde aproximadamente ao diâmetro interno, em milímetros. O diâmetro nominal não deve ser objeto de medição nem ser utilizado para fins de cálculo.

ENSAIO TIPO: Ensaio para verificação de um produto, realizado uma vez, que deve ser repetido após alguma mudança de projeto.

ESCOAMENTO POR GRAVIDADE: Sistemas de esgotos funcionando normalmente por escoamento livre, sob a ação da gravidade.

ESCOAMENTO SOB PRESSÃO (RECALQUE): Sistema, ou parte de um sistema, de esgotos que funciona sob pressão positiva.

FERRO FUNDIDO DÚCTIL: Tipo de liga de ferro fundido utilizada para fabricação de tubos, conexões e acessórios, na qual a grafita apresenta-se essencialmente em forma esferoidal.

FLANGE: Extremidade chata, circular, perpendicular em relação ao eixo de um tubo ou de uma conexão, com um círculo de furação com furos igualmente espaçados em relação ao seu eixo ortogonal, apropriados para instalação de parafusos.

JUNTA: Conjunto constituído pela extremidade de um tubo ou de uma conexão com outro componente contíguo e um elemento destinado a promover sua vedação.

JUNTA ELÁSTICA: Junta que proporciona uma deflexão angular e um movimento paralelo e/ou perpendicular em relação ao eixo dos tubos, das conexões, ou de um tubo e uma conexão montados com um anel de borracha (elastômero).

JUNTA ELÁSTICA MECÂNICA: Junta elástica com a qual se obtém a vedação, aplicando-se uma pressão ao anel de borracha (elastômero) por meios mecânicos, como, por exemplo, um contraflange, parafusos e porcas correspondentes.

JUNTA ELÁSTICA TRAVADA: Junta na qual existe um dispositivo para evitar que ela se desmonte.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

JUNTA COM FLANGES: Junta constituída pela união de dois componentes com extremidades flangeadas e uma arruela de face plena de borracha (elastômero) ou de amianto grafitado.

LOTE: Quantidade de peças (tubos, conexões ou acessórios) da qual se retira uma amostra para realização de exames e ensaios durante a fabricação ou durante as operações de inspeção de recebimento.

LUVA: Peça de ligação usada para montar as pontas de tubos ou de conexões com uma junta, normalmente elástica.

POÇO DE VISITA (PV): Câmara visitável através de abertura existente em sua parte superior, destinada à execução de trabalhos de manutenção.

PONTA: Extremidade macho de um tubo, ou de uma conexão, que permite a montagem com uma extremidade fêmea de um tubo ou de uma conexão adjacente.

PRESSÃO NOMINAL (PN): Designação alfanumérica expressa por um número arredondado, utilizado para propósitos de referência. Todos os componentes de mesmo diâmetro nominal (DN), designados pelo mesmo número PN, devem ter dimensões de montagem compatíveis.

RIGIDEZ DIAMETRAL DE UM TUBO: Característica inerente a um tubo de resistir a uma ovalização sob o efeito de uma carga externa.

SIFÃO INVERTIDO: Trecho rebaixado com escoamento sob pressão, cuja finalidade é transpor obstáculos, depressões do terreno ou cursos d'água.

SISTEMA DE ESGOTAMENTO: Conjunto de tubos, conexões e acessórios utilizados para coletar e transportar as águas servidas de edificações.

SISTEMA UNITÁRIO: Conjunto de tubos, conexões e acessórios utilizados para coletar, transportar, condicionar e afastar águas servidas, águas pluviais e águas de superfície.

SISTEMA SEPARADOR: Conjuntos independentes de tubos, conexões e acessórios utilizados, para coletar, transportar, condicionar e afastar: águas pluviais e de superfície em um conjunto e águas servidas em outro.

TUBO: Peça fundida de diâmetro uniforme, de eixos retilíneos, com extremidades em bolsa, ponta ou flange, exceto as extremidades com flange e bolsa ou com flange e ponta, e as luvas, que são classificadas como conexões.

4. Especificações

4.1 Tubos, conexões e acessórios

Nas redes de esgoto sanitário são admitidos os seguintes diâmetros nominais (DN) padronizados para os tubos, conexões e acessórios: 150, 200, 250, 300, 350, 400, 450, 500, 600, 700, 800, 900 e 1000. Também admite-se diâmetros nominais (DN) 100 mm para os tubos, conexões e acessórios quanto utilizados em ramais prediais.

Os Tubos, conexões e acessórios de ferro dúctil e suas juntas, quando instalados ou operados sob as condições para as quais foram projetados, devem manter suas características funcionais durante a sua vida operacional. Isto ocorre devido à constância de suas propriedades ao longo

CÓPIA NÃO CONTROLADA

do tempo, á estabilidade de sua seção transversal e ao coeficiente de segurança quando de sua concepção.

4.2 Anéis de vedação

Os anéis de vedação e as arruelas de borracha (de elastómero) devem ser apropriados para utilização em redes de esgotos e devem resistir aos líquidos agressivos, ácidos e ataques químicos, além de estar de acordo com os requisitos da NBR 7676, para aplicação com junta elástica JE2GS de acordo com a NBR 13747.

Quando outros materiais diferentes de elastômero forem especificados como, por exemplo, arruelas para juntas de flanges, estas devem estar de acordo com a NBR 7675 e de acordo com os requisitos especificados pelo DMAE.

4.3 Tipos de juntas

4.3.1 Juntas com flanges

As dimensões e tolerâncias de flanges e arruelas de borracha de face plena para tubos e conexões devem atender aos requisitos da NBR 7675, o que assegura que todos os componentes flangeados, de mesmo diâmetro nominal (DN) e mesma pressão nominal (PN), sejam intercambiáveis entre si proporcionando uma performance adequada da junta.

4.3.2 Juntas elásticas

Tubos e conexões com juntas elásticas devem estar de acordo com a NBR 13747 com relação aos diâmetros externos (DE) das pontas e de suas respectivas tolerâncias. Isto assegura a intercambiabilidade entre os componentes equipados com diferentes tipos de juntas elásticas. Adicionalmente, cada tipo de junta elástica deve ser projetado de forma a atender os requisitos de desempenho da NBR 15420.

4.3.3 Juntas travadas

As juntas travadas para canalizações de ferro dúctil devem ser projetadas de acordo com a NBR 7675 e serão utilizadas especificamente em tubulações de recalque dispensando o uso de ancoragens nas mudanças de direção.

4.4 Diâmetros, espessuras, comprimentos, revestimentos e acessórios.

4.4.1 Diâmetro externo

Os valores dos diâmetros externos (DE) das pontas de tubos e conexões e suas tolerâncias máximas admissíveis estão indicados a seguir:

Tabela 1: Dimensões dos Tubos com Ponta e Bolsa

Diâmetro	Diâmetro externo (DE)	Espessura

CÓPIA NÃO CONTROLADA

Nominal (DN)	Nominal	Tolerância	mínima de ferro
100	118	+1/-1,4	2,5
150	170	+1/-1,6	2,5
200	222	+1/-1,8	3,0
250	274	+0,5/-2,5	3,5
300	326	+0,5/-2,7	4,0
350	378	+0,5/-2,9	4,3
400	429	+0,5/-3,1	4,6
450	480	+0,5/-3,3	4,9
500	532	+0,5/-3,5	5,2
600	635	+0,5/-3,9	5,8
700	738	+1/-3,8	7,6
800	842	+ 1/-4,2	8,3
900	945	+ 1/-4,6	9,0
1000	1048	+1/-5,0	9,7

4.4.2 Diâmetro interno

Os valores nominais dos diâmetros internos de tubos, expressos em milímetros, são aproximadamente iguais aos números que indicam seus diâmetros nominais e as suas tolerâncias devem estar de acordo com os valores da tabela 2, aplicados aos tubos revestidos internamente.

Tabela 2 — Tolerância dimensional do diâmetro interno

Diâmetro nominal	Tolerância *
DN	mm
100 a 1000	-10

*Somente a tolerância negativa é indicada.

4.4.3 Espessura de parede

As espessuras mínimas de parede de ferro das conexões devem ser iguais ou superiores às dos tubos de mesmo diâmetro nominal (DN).

As espessuras de parede de tubos flangeados devem estar de acordo com a NBR 7675.

4.4.4 Comprimento de tubos com ponta e bolsa

Os tubos com ponta e bolsa devem ser fornecidos no comprimento útil padronizados (Lu) de 6 metros.

4.4.5 Comprimentos de tubos com flanges

Tubos com flanges devem ser fabricados preferencialmente com os comprimentos padronizados indicados na tabela 3.

Tabela 3— Comprimentos padronizados de tubos com flanges Dimensões em metros

Tipos de tubos	Diâmetro nominal	Comprimentos padronizados
	DN	L
Com flange(s) fundido(s)	150 a 1000	0,5 - 1,0 - 2,0 - 3,0
Com flange(s) soldado(s) ou roscado(s)	150 a 600	2,0 - 3,0 - 4,0 - 5,0
	700 a 1000	2,0 - 3,0 -4,0 - 5,0 - 6,0

CÓPIA NÃO CONTROLADA

4.4.6 Reparos por soldagem

Não são admitidos tubos ou conexões de ferro dúctil para esgoto reparados por soldagem.

4.4.7 Revestimento externo e interno de tubos

Todos os tubos devem ser fornecidos com os seguintes revestimentos:

- um revestimento externo de zinco com camada de acabamento;
- um revestimento interno de argamassa de cimento aluminoso;
- um revestimento à base de epóxi nas superfícies das extremidades que podem estar em contato com os efluentes (superfície interna da bolsa e superfície externa da ponta).

4.4.7.1 Revestimento externo de zinco com camada de acabamento

O revestimento externo, dos tubos centrifugados de ferro dúctil, deve apresentar uma camada de zinco metálico, de acordo com a NBR 11827, recoberta por uma camada de acabamento de pintura epóxi ou resina sintética compatíveis com o zinco. As duas camadas devem ser aplicadas em fábrica por projeção através de equipamentos adequados.

O revestimento de zinco deve ser aplicado após tratamento térmico dos tubos ou, quando necessário, sobre a superfície jateada.

Para aplicação da camada de zinco, as superfícies devem estar secas, isentas de ferrugens, ou partículas não aderentes, ou óleos ou graxas.

O revestimento de zinco metálico deve cobrir a superfície externa do tubo formando uma camada densa, continua e uniforme, isento de imperfeições, tais como perda de aderência ou falta de revestimento.

A uniformidade do revestimento deve ser controlada por exame visual.

4.4.7.2 Reparos do revestimento de zinco

Áreas avariadas com retirada completa do zinco metálico numa superfície cuja largura exceda 5 mm, bem como áreas não revestidas, devem ser reparadas pela aplicação de uma pintura rica em zinco contendo no mínimo 90% de zinco de massa medida na película seca; a massa média da pintura deve ser igual ou superior a 150 g/m².

4.4.7.3 Camada de acabamento do revestimento externo

A camada de acabamento do revestimento externo deve cobrir uniformemente a totalidade da camada de zinco metálico e estar isenta de defeitos, tais como: como perda de aderência ou falta de revestimento.

A uniformidade de camada de acabamento deve ser controlada por exames visuais.

4.4.7.4 Revestimento interno de argamassa de cimento aluminoso

O revestimento de argamassa de cimento aluminoso dos tubos de ferro dúctil deve ser constituído de uma camada densa e homogênea, recobrindo a totalidade da parede interna do corpo do tubo.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

Este tipo de revestimento deve ser aplicado em fábrica, por centrifugação, ou por meio de uma turbina centrífuga ou uma combinação desses métodos. A correção do revestimento com uma espátula ou outra ferramenta apropriada é permitida.

Antes da aplicação do revestimento, a superfície do metal deve estar isenta de materiais não aderentes, óleos ou graxa.

A mistura de argamassa deve ser composta de cimento, areia e água; aditivos isentos de cloreto podem ser utilizados, se necessários. A relação da massa de areia e cimento não deve exceder 3:5. Quando misturados, a relação da massa de água total com o cimento depende do processo de fabricação e deve ser determinada de modo que o revestimento atenda a NBR 15420.

4.4.7.5 Reparos de revestimento interno

O reparo de áreas de revestimento interno avariado deve ser feito com argamassa de cimento ou argamassa de resina compatível, cuja aplicação pode ser efetuada manualmente.

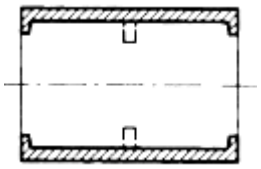
Antes da aplicação da argamassa de reparo, o revestimento ria área avariada deve ser retirado até o encontro de argamassa sã ou até a superfície do metal, quando toda matéria não aderente deve ser retirada.

4.5 Conexões para esgotamento por gravidade

As conexões básicas a serem utilizadas nos coletores de esgoto sanitário são as seguintes:

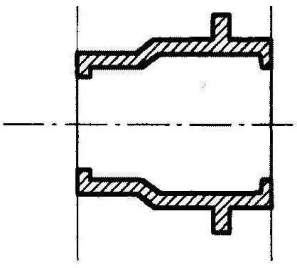
4.5.1 Luvas

DIMENSÕES(mm)
100 a 1000



4.5.2 Luvas de ancoragem

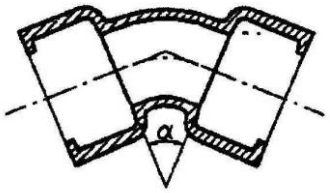
DIMENSÕES(mm)
100 a 1000



CÓPIA NÃO CONTROLADA

4.5.3 Curva

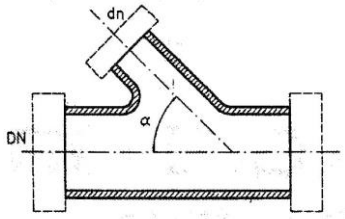
DIMENSÕES(mm)			
DN	100 a1000		
Ângulos	11°15’	22°30’	45°



4.5.4 Junção

DIMENSÕES(mm)	
DN	150 a 500
dn	100 a 250
α	45°

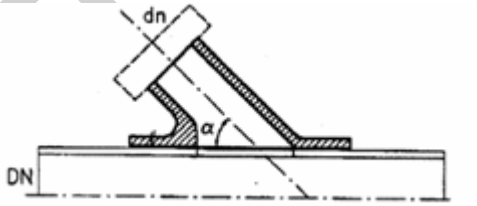
Obs: os tipos de extremidade devem ser definidos pelos fabricantes



4.5.5 Selim

DIMENSÕES(mm)	
DN	150 a 1000
dn	100 a 250
α	variável

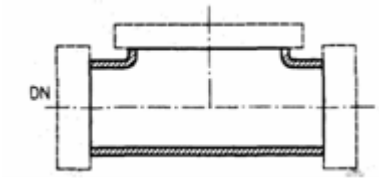
Obs: os tipos de extremidade devem ser definidos pelos fabricantes



4.5.6 Te de inspeção

DIMENSÕES(mm)
150 a 400

Obs: os tipos de extremidade devem ser definidos pelos fabricantes



4.5.7 Revestimento de conexões e acessórios

As conexões e acessórios devem ser fornecidas com um revestimento à base de epóxi, externo e interno.

Antes da aplicação do revestimento à base de epóxi, a peça fundida deve estar corretamente limpa por jateamento, de tal forma a assegurar um nível alto e uniforme de aderência entre o revestimento e a sua base.

O revestimento deve ser aplicado em fábrica por imersão, ou projeção, ou pintado com ajuda de instrumentos adequados.

O produto de revestimento deve ser tinta epóxi a pó ou epóxi bicomponente.

4.6 Resistência química a efluentes

A resistência química a efluentes dos tubos e conexões de ferro dúctil deverão ser demonstradas através de ensaios conforme NBR 15420.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

4.7 Resistência a abrasão

A resistência a abrasão dos tubos e conexões de ferro dúctil deverão ser demonstradas através de ensaios conforme NBR 15420.

4.8 Controle do processo de fabricação

Recomenda-se que o fabricante mantenha atualizado um controle do processo de fabricação conforme anexo A da NBR 15420, que envolva os fornecedores de componentes e de matérias-primas, capaz de assegurar que os produtos que fabrica estejam de acordo com esta Norma.

5. Recebimento e ensaios

Os tubos e conexões em ferro fundido dúctil adquiridos pelo DMAE ou por seus prestadores de serviço, deverão ser inspecionados e ensaiados conforme determina a norma NBR 15420. Todas as inspeções e ensaios conforme determinado em Norma, serão às expensas do fornecedor.

Os lotes de materiais serão entregues no DMAE, com as respectivas notas fiscais ou faturas fornecidas pelo fabricante, juntamente com os laudos de inspeção.

O laboratório que realizar os ensaios deve ser de reconhecida capacidade e idoneidade, devendo ser aprovado formalmente pelo DMAE. Será sempre dado preferência a laboratório oficial público, como a Fundação Estadual de Ciência e Tecnologia (CIENTEC).

Os materiais somente poderão ser utilizados pelo DMAE, após a comprovação da referida inspeção e dos ensaios conforme determinados em Norma, conferência e autorização do Departamento, mediante aceite no formulário padrão de recebimento de material, no caso de recebimento em obra, ou carimbo de aceitação no empenho quando recebimento por compra direta do DMAE.

A coleta de amostras para ensaio também será efetuada conforme determinam as normas da ABNT.

No laudo de inspeção deverão estar identificados plenamente:

- Fabricante;
- Lote, com a quantidade e tipos de materiais;
- Destinatário;
- Os ensaios a que foram submetidos;
- Data da liberação;
- Relação das notas fiscais fornecidas pelo fabricante referente ao lote inspecionado.

O DMAE, a seu critério, quando julgar necessária a realização de testes do material entregue, para comprovar a sua qualidade, poderá, às suas expensas, realizar a inspeção do material, conforme as normas da ABNT, pela CIENTEC, ou outro que julgar conveniente.

5.1 Requisitos de compra

O documento de compra deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

CÓPIA NÃO CONTROLADA

a) Descrição do produto;
b) Diâmetro nominal;
c) Tipo de extremidade: pontas, bolsas;
d) Anéis de Vedação

5.2 Inspeção visual

Todas as peças devem ser verificadas quanto aos itens constantes no documento de compra. Além disso, os tubos devem apresentar as seguintes características:

a) Total conformidade com o especificado quanto á extremidade;
b) Cor de identificação: Tubos, conexões e acessórios destinados aos coletores e às ligações domiciliares de esgotos devem ser identificados externamente pela cor marrom ou vermelha;
c) Anéis de Vedação: livres de falhas, manchas ou sinais de ressecamento;
d) Marca do fabricante indelével em cada peça;
e) Acabamento: Os tubos devem apresentar-se livres de defeitos e imperfeições de superfície, que possam prejudicar a sua conformidade aos requisitos desta norma. As conexões que apresentarem pequenas imperfeições, inerentes ao processo de fabricação e que não prejudiquem a sua utilização, podem ser aceitas. As peças fundidas devem ser isentas de defeitos, tais como: porosidades, cavidades produzidas por gases, bolhas, depressões, rebarbas, inclusões de areia, escamas de oxidação ou trincas. As superfícies usinadas devem apresentar acabamentos uniformes e isentos de arranhões, cortes, mossas, rebarbas ou cantos vivos;

5.3 Amostras

5.3.1 Formação de amostras de tubos

O fornecimento de tubos deve ser dividido pelo fabricante em lotes do mesmo tipo de componente, mesmo diâmetro nominal, mesmo tipo de junta e em quantidades de acordo com a tabela 4. De cada lote formado devem ser retiradas amostras, de forma representativa, sendo a escolha por parte do inspetor aleatória e não intencional.

Não serão admitidos lotes maiores que 500 unidades, sendo a fração excedente tratada como novo lote.

Tabela 4 - Plano de amostragem para exames e ensaios não destrutivos de tubos

Tamanho do lote	Tamanho da amostra	Aceitação	Rejeição
16 a 25	5	0	1
26 a 50	8	0	1
51 a 90	13	0	1
91 a 150	20	1	2
151 a 280	32	1	2
281 a 500	50	2	3

Os lotes aceitos nos exames e ensaios não destrutivos serão submetidos aos ensaios destrutivos segundo o plano de amostragem definido na tabela 5.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

Tabela 5 - Plano de amostragem para ensaios destrutivos de tubos

Tamanho do lote	Tamanho da amostra	Aceitação	Rejeição
16 a 50	2	0	1
51 a 500	3	0	1

5.3.2 Formação de amostras de conexões e acessórios

O fornecimento de conexões ou acessórios deve ser dividido pelo fabricante em lotes do mesmo tipo de componente, mesmo diâmetro nominal, mesmo tipo de junta e em quantidades de acordo com a tabela 6. De cada lote formado devem ser retiradas amostras, de forma representativa, sendo a escolha por parte do inspetor aleatória e não intencional.

Não serão admitidos lotes maiores que 500 unidades, sendo a fração excedente tratada como novo lote.

Tabela 6 - Plano de amostragem para exames e ensaios não destrutivos de conexões e acessórios

Tamanho do lote	Tamanho da amostra	Aceitação	Rejeição
2 a 15	100%	0	1
16 a 50	8	0	1
51 a 90	13	0	1
91 a 150	20	0	1
151 a 280	32	0	1
281 a 500	50	1	2

Os lotes aceitos nos exames e ensaios não destrutivos serão submetidos aos ensaios destrutivos segundo o plano de amostragem definido na tabela 7.

Tabela 7 - Plano de amostragem para ensaios destrutivos de conexões e acessórios

Tamanho do lote	Tamanho da amostra	Aceitação	Rejeição
2 a 25	2	0	1
26 a 150	3	0	1
151 a 500	5	0	1

5.4 Ensaios

Os Inspetores credenciados pelo DMAE poderão fazer as inspeções e diligenciamentos, que atestarão sobre a qualidade dos materiais adquiridos, e realizar ou exigir que a contratada realize os seguintes testes e ensaios:

5.4.1 Exames dimensionais

5.4.1.1 Diâmetro externo e ovalização

Conforme NBR 15420 a ovalização da ponta de tubos ou de conexões deve permanecer no limite das tolerâncias do diâmetro externo (ver tabela 1) para os casos de DN 100 a DN 200 e não ultrapassar 1% do diâmetro externo para os casos de DN 250 a DN 600; ou de no máximo 2% do DE para DN > 600.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

Os tubos de ferro fundido com ponta e bolsa devem apresentar diâmetros externos de acordo com o indicado na tabela 1.

Os tubos ponta e bolsa devem ser medidos em sua ponta com um circômetro ou controlado por gabaritos. O controle de processo do fabricante deve especificar a freqüência deste exame.

5.4.1.2 Diâmetro interno

De acordo com a NBR 15420 a conformidade dos tubos deve ser demonstrada por medição direta ou por cálculo, a partir das medições do diâmetro externo dos tubos, da espessura de parede de ferro e da espessura do revestimento interno.

O diâmetro interno dos tubos deve ser medido com instrumentos apropriados. Devem ser feitas duas medições ortogonais entre si a 200 mm ou mais da extremidade. O sistema de controle de processo do fabricante deve especificar a freqüência deste exame.

5.4.1.3 Espessura da parede

Segundo a NBR 15420 as espessuras mínimas de paredes de tubos com ponta e bolsa devem estar em conformidade com as indicadas na tabela 1.

A espessura da parede de ferro fundido deve ser medida através de instrumentos apropriados, mecânicos ou ultra-sônicos, com uma precisão de ± 0,1 mm, em intervalos regulares ao longo do corpo. O controle de processo do fabricante deve especificar a freqüência deste exame, cujas medidas encontradas devem estar de acordo com a tabela 1.

5.4.1.4 Comprimento dos tubos

Os comprimentos de tubos com ponta e bolsa devem ser medidos com equipamentos apropriados, admitindo-se as tolerâncias indicadas na tabela 8.

Tabela 8— Tolerâncias de comprimentos

Componentes	Tolerâncias (mm)
Tubos com ponta e bolsa (comprimento total ou reduzido)	± 30
Conexões com bolsas	±20
Tubos e conexões com flanges	±10

5.4.1.5 Retilineidade de tubos

Realiza-se normalmente a verificação deste requisito através de um exame visual, mas, em casos de dúvidas ou controvérsias, deve-se medir o desvio da retilineidade.

Para verificação de sua retilineidade, os tubos devem ser rolados em cima de dois suportes ou girados ao longo de seu eixo, em cima de roletes que devem estar separados por uma distância de no mínimo dois terços do comprimento padrão do tubo.

O ponto de flecha máxima de cada tubo, em relação ao seu eixo, deve ser determinado e a flecha correspondente medida neste mesmo ponto.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

Os tubos devem ser retilíneos, podendo apresentar um desvio com um valor de no máximo 0,125% do seu comprimento.

5.4.2 Verificação da resistência à tração

Conforme NBR 15420 as propriedades mecânicas indicadas na tabela 10 devem ser verificadas pelo fabricante durante o processo de fabricação de acordo com um dos sistemas abaixo:

a) sistema de amostragem por lote, com amostras de tubos ou de conexões retiradas e ensaiadas de acordo com a NBR 15420 item 6.3, ou;

b) sistema de controle (que utilize, por exemplo, ensaios não destrutivos) no qual pode ser demonstrada uma correlação positiva com relação às propriedades de fração especificadas na tabela 10. Este sistema de controle deve estar amparado em ensaios de tração de acordo com NBR 15420 item 6.3. Os procedimentos de verificação devem utilizar amostras de comparação que tenham propriedades conhecidas e verificáveis.

Tabela 10— Resistência à tração e alongamentos mínimos

Tipo de componente	Resistência mínima á tração (Rm) MPa	Alongamento mínimo após rompimento (A) %
	DN100 a DN1000	DN100 a DN1000
Tubos centrifugados	420	10
Tubos não centrifugados, conexões e acessórios		5

5.4.3 Verificação da dureza Brinell

Conforme NBR 15420 a dureza de tubos, conexões e acessórios de ferro fundido dúctil deve ser tal que eles possam ser cortados, batidos, furados e/ou trabalhados com ferramentas padronizadas.

A dureza não deve exceder 230 HB para tubos e 250 HB para conexões e acessórios. Para componentes fabricados com montagens pelo método de soldagem, como, por exemplo, tubos com flanges soldados, é permitida uma dureza maior na zona termicamente afetada pela soldagem.

O ensaio de dureza Brinell deve ser efetuado na própria peça ou em uma amostra dela. A superfície a ser ensaiada deve ser preparada adequadamente, através de ligeira esmerilhagem local, sendo o ensaio realizado de acordo com a ABNT NBR NM 187-1, utilizando-se uma bilha de aço de diâmetro 2,5 mm, 5 mm ou 10 mm.

5.4.4 Determinação da massa do revestimento de zinco

A massa média de zinco por unidade de superfície deve ser igual ou superior a 130 g/m² ; permite-se em pontos localizados uma massa de no mínimo 110 g/m². A verificação desses valores deve ser efetuada de acordo com o item 6.5 da NBR 15420.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

5.4.5 Verificação da espessura do revestimento de pintura

A espessura média de camada de acabamento deve ser igual ou superior a 70 µm e a espessura mínima deve ser igual ou superior a 50 µm. A verificação desses valores deve ser efetuada de acordo com o indicado em 6.6 da NBR 15420.

5.4.5.1 Características do revestimento à base de epóxi

O revestimento deve cobrir uniformemente toda a superfície da peça, apresentando um aspecto liso, regular e isento de defeitos suscetíveis que alterem a sua funcionalidade. A espessura média da camada de acabamento de revestimentos à base de epóxi a pó deve ser igual ou superior a 150 µm com uma espessura mínima igual ou superior a 120 µm e estar em conformidade com 4.5. No caso de aplicação de revestimentos com epóxi bicomponente, a espessura mínima deve ser igual ou superior a 80 µm. A verificação desses valores deve ser efetuada de acordo com 6.6.

Devem ser observadas uma suficiente dureza e uma temperatura apropriadas de cura, a fim de assegurar um alto grau de polimerização da resina epóxi.

5.4.6 Verificação da resistência à compressão do revestimento de argamassa de cimento aluminoso

Conforme NBR 15420 a resistência à compressão deve ser determinada pela média aritmética de seis ensaios de resistência à compressão realizados em três amostras prismáticas, após um período de 28 dias de cura.

A resistência à compressão deve ser determinada por um ensaio tipo de acordo com a ABNT NBR 7215, desde que o corpo-de-prova seja confeccionado com a mesma argamassa aplicada no revestimento interno dos tubos.

5.4.7 Verificação da espessura do revestimento de argamassa de cimento aluminoso

A espessura do revestimento de cimento aluminoso deverá ser determinada durante o processo de fabricação conforme procedimento descrito na NBR 15420.

5.4.8 Ensaio de estanqueidade de tubos e conexões

Os tubos e conexões devem ser ensaiados de acordo com a NBR 15420. Os ensaios devem ser feitos nos tubos e conexões antes da aplicação de seus revestimentos externos e internos, com exceção do revestimento de zinco metálico de tubos que podem ser aplicados antes do ensaio.

5.4.9 Ensaios tipo

De acordo com a NBR 15420 os tubos de ferro fundido dúctil deverão ainda ser submetidos aos seguintes ensaios:

- Flexão longitudinal dos tubos
- Rigidez diametral dos tubos

CÓPIA NÃO CONTROLADA

- Resistência química aos efluentes
- Verificação da resistência à abrasão

5.5 Aceitação e rejeição

Segundo a NBR 15420 a aceitação ou rejeição dos lotes de materiais apresentados ocorrerá sob as seguintes condições:

- Se o número de unidades defeituosas (aquelas que podem conter uma ou mais não-conformidades) encontrado na amostragem for igual ou menor do que o número de aceitação o lote deve ser considerado aceito.
- Se o número, de unidades defeituosas encontrado na amostragem for Igual ou maior do que o número de rejeição o lote deve ser rejeitado.

5.6 Relatório de resultados da inspeção

Para cada lote de componentes inspecionados, deve ser elaborado um relatório que deve conter no mínimo o seguinte:

a) identificação completa do produto;

b) tamanho do lote inspecionado; e

c) declaração de que o lote fornecido atende às especificações desta Norma.

6. Armazenagem e manuseio

A carga, o transporte, a descarga e a armazenagem do material deverão ser feitos rigorosanente de acordo com as recomendações do fabricante no que se refere ao empilhamento máximo, ao manuseio e à exposição a agentes corrosivos ou ambientes e condições desfavoráveis Deve-se considerar no mínimo:

6.1 Manuseio

No manuseio dos tubos sugere-se a utilização de equipamentos mecânicos com capacidade adequada ao peso dos tubos e das conexões. Poderão ser utilizados guindastes, empilhadeiras ou o guincho do próprio caminhão, quando for o caso.

Deve ser evitado o contato entre partes metálicas do equipamento ou dispositivo de içamento e o revestimento externo ou interno dos tubos e das conexões.

Recomenda-se a utilização de ganchos apropriados, revestidos com plástico, borracha, feltro ou outro material semelhante, para o içamento dos tubos e das conexões pelas extremidades, conforme a mostra a figura 2 a seguir:

CÓPIA NÃO CONTROLADA

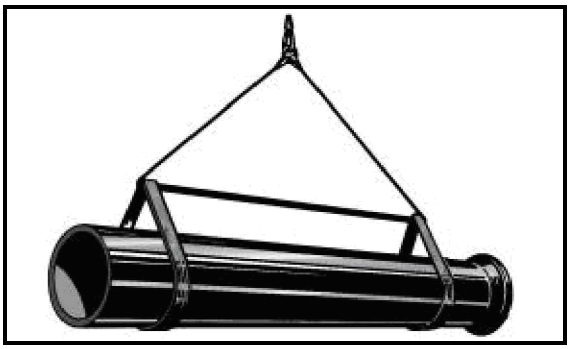


Fig 1 - Içamento com cintas

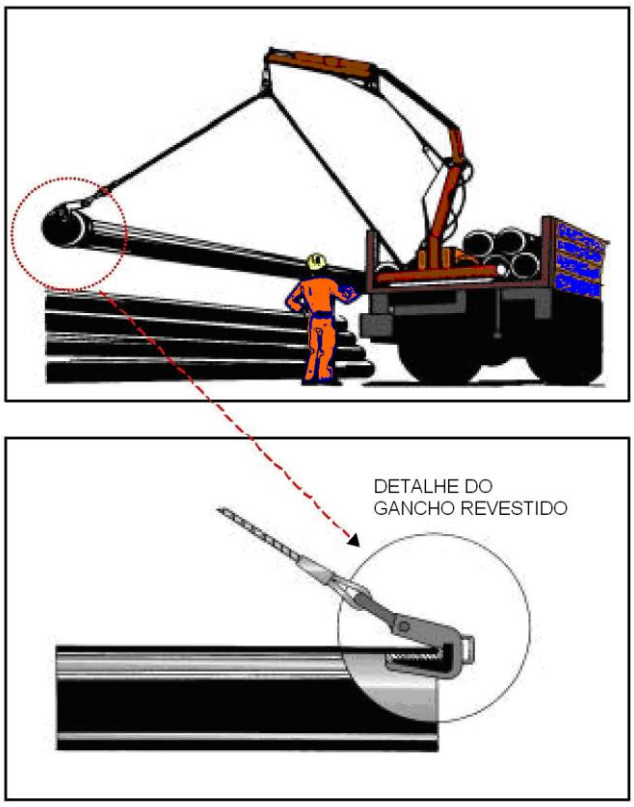


Fig 2 – Içamento com ganchos

Quando suspensos por cabos de aço, os tubos e conexões deverão ser guiados no início e ao final da manobra de içamento.

Poderão, ainda, ser utilizadas cintas de lona ou nylon tipo “sling” com 15 cm de largura ou qualquer material que não danifique o revestimento externo. Caso seja utilizada apenas uma cinta, esta deverá ser posicionada de forma a equilibrar a peça. No caso de utilização de duas cintas, o equilíbrio será mantido através de um “balancim”, conforme a Figura 01.

Deve-se evitar balanços, choques de qualquer natureza, contato brutal com o chão e atritos que possam danificar o revestimento externo ou interno.

Para manuseio com empilhadeiras os garfos destas deverão ser revestidos com feltro ou borracha

Não são admitidos outro tipos de içamento não descritos nesta norma.

CÓPIA NÃO CONTROLADA

6.2 Transporte

A carga dos tubos para transporte até a obra deve ser efetuada em caminhões de carroceria com total segurança.

Os tubos devem ser colocados sobre berço de madeira e fixados com calço para cada tubo e protegidos com borracha nas amarrações.

O caminhão só deve ser liberado para viagem após a inspeção da carga dos tubos que deverá estar rigorosamente de acordo com as normas de segurança.

O transporte deverá ser feito com todo o cuidado, de forma a não provocar impactos e avarias aos tubos e conexões. Deverão ser evitados, particularmente, o manuseio violento e o contato dos mesmos com peças metálicas salientes.

Manuseio.

Os tubos e conexões não deverão, em hipótese alguma, ser arrastados ou rolados diretamente sobre o solo, devendo ser utilizadas pranchas de madeira, empilhadeiras ou caminhão equipado com guincho.

Na descarga na frente de serviço, os tubos e conexões deverão ser dispostos ao longo das valas, do lado oposto à terra removida, sendo os tubos com as bolsas dirigidas de jusante para montante da tubulação.

Não é permitido descarregar os tubo ou conexões com lançamento ao solo, mesmo que sobre areia ou pneus, descargas sobre pedras, raízes ou qualquer elemento que possa causar danos ao revestimento externo, por raspagem, ou ao interno, por choque puntual, no caso dos tubos. Caso isto ocorra a Supervisão poderá rejeitar o uso da peça na obra.

6.3 Armazenagem

Quando os tubos e conexões ficarem estocados por longos períodos, deverão ser armazenados de maneira adequada, evitando-se danos provocadas pela ação de variáveis que interfiram na integridade das peças. Deverá ser evitada a sua exposição a agentes corrosivos ou inadequados.

Deverão ser observadas as seguintes recomendações:

- Os tubos devem ser armazenados em locais apropriados e de superfície plana.
- Os tubos devem ser empilhados em berço de madeira e fixados com calços para evitar movimentos horizontais.

6.3.1 Armazenagem de conexões

As conexões deverão ser armazenadas em tablados de madeira, gavetas ou prateleiras, nunca amontoadas aleatoriamente.

Não são permitidos empilhamentos superiores a três camadas.



Fig 3 – Empilhamento de conexões de Ferro Dúctil

6.3.2 Formação das pilhas de tubos

Serão formadas camadas, sendo que todos os tubos, nos vários níveis, terão suas bolsas orientadas no mesmo sentido:

CÓPIA NÃO CONTROLADA

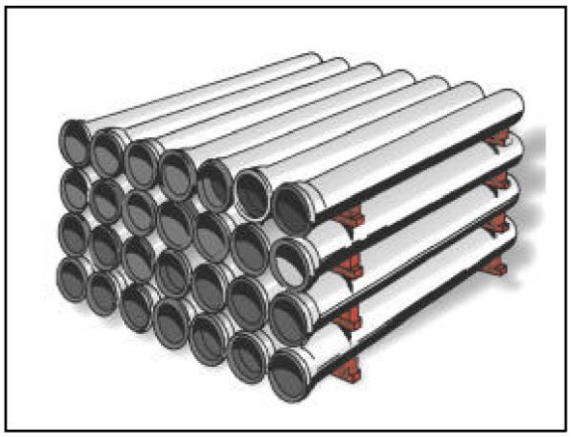


Fig 3 – Empilhamento de Tubos de Ferro Dúctil

Os tubos da primeira camada serão colocados sobre duas pranchas de madeira paralelas, situadas a 1,0 m de suas extremidades.

As bolsas serão justapostas orientadas para o mesmo lado, não devendo tocar o solo.

entre cada tubo, próximo de suas pontas, deverão ser colocados calços de tamanho adequado, que os manterão devidamente afastados e imobilizados.

O primeiro e o último tubos da primeira camada serão calçados por meio de cunhas fortemente pregadas nas pranchas, uma em cada extremidade.

Os tubos das demais camadas serão colocados sobre espaçadores de madeira com espessura mínima relacionada na Tabela 11. Tanto os espaçadores como as bolsas das diversas camadas deverão ser alinhados

O primeiro e o último tubo de cada camada deverão ser calçados como os da primeira.

Deverá ser obedecido o limite de camadas de estocagem, conforme a Tabela 11.

Tabela 11 - Número máximo de camadas na pilha e espessura mínima dos espaçadores de madeira entre camadas

Diâmetro Nominal (DN)	**Número máximo de camadas na pilha**		**Espaçadores de Madeira entre Camadas**
(mm)	Tubos Classes K7 e 1 MPa	Tubos Classe K9	Espessura Mínima (cm)
150	22	22	7,5
200	18	18	8,0
250	16	16	8,5
300	14	14	8,0
350	12	12	7,5
400	11	11	7,5
450	10	10	8,0
500	08	08	8,0

CÓPIA NÃO CONTROLADA

Diâmetro Nominal (DN)	Número máximo de camadas na pilha		Espaçadores de Madeira entre Camadas
(mm)	Tubos Classes K7 e 1 MPa	Tubos Classe K9	Espessura Mínima (cm)
600	06	07	8,5
700	04	05	8,5
800	03	04	9,0
900	03	04	9,5
1000	02	03	11,0

6.3.3 Armazenagem dos anéis e arruelas de borracha

Anéis e arruelas de borracha para juntas elásticas devem ser estocados em suas embalagens originais, ao abrigo do calor, raios solares, óleos e graxas.

Deverão ser escolhidos locais com temperaturas entre 5 e 25º C.

7. Observações

Não se aplica

8. Registros

- Nota fiscal do fabricante e laudos respectivos, conforme definido nas Normas da ABNT;
- Relatório de Resultados de Inspeção;
- Relatório de recebimento (quando material recebido na obra);
- Nota de empenho com carimbo de aceitação ou rejeição (quando material comprado diretamente pelo DMAE).

9. Histórico das Alterações

00 – Criação do documento.

01 – Revisão geral do documento

02 – Atualização do lay out e validação

10. Anexos

Não se aplica

CÓPIA NÃO CONTROLADA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS
COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO E APOIO AOS EDITAIS - GLIC/D-ADM/DMAE

PROCESSO ADMINISTRATIVO 26.10.000010463-7
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS - DMAE, **do Município de Porto Alegre - RS**, CNPJ 92 924 901/0001-98, estabelecido na Rua 24 de Outubro, 200, Bairro Moinhos de Vento, nesta capital, por seu Diretor-Presidente, Vicente Altmayer Perrone, aqui denominado simplesmente de **DEPARTAMENTO**, e de outro a empresa XXX, CNPJ nº XXX, com sede na XXX, bairro/distrito XXX, município de XXX, neste ato por seu representante legal abaixo firmado, aqui denominado **FORNECEDOR**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, referente ao **Pregão Eletrônico para o Sistema de Registro de Preços n. 150/2026,** conforme decisão exarada e homologada no documento SEI nº XXX, **nos termos da** Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos nº 22.357/2023, 23.743/2026 de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto ***Registro de Preços para futura aquisição de Tubos e Conexões em Ferro Dúctil***, conforme detalhamento constante na Cláusula Segunda deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Incluir itens conforme proposta

2.1.1. Estão incluídos no valor todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material, carga e descarga e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de assinatura do(a) representante do **MUNICÍPIO**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do **FORNECEDOR**, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2. Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

3.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata.

3.4. O registro a que se refere o item 3.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.

3.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.6.1. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

3.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula Quatorze.

3.7. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será a **GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS do DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS (DMAE).**

4.2. Será considerado participante do Sistema de Registro de Preços o Departamento Municipal de Água e Esgotos.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021; e

5.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do **FORNECEDOR**.

5.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão

pelo **FORNECEDOR.**

5.2.1. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias consecutivos, observado o prazo de vigência da Ata.

5.4. O prazo de que trata o item anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 5.1.

5.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

6.1.1.1. O **FORNECEDOR** deverá assinar eletronicamente o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, sob pena de aplicação das sanções pertinentes, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período.

6.1.2. A nota de empenho de despesa, a autorização de compra ou outro instrumento substituto, quando utilizado, deverá ser enviado ao **FORNECEDOR**, até o último dia de validade da Ata de Registro de Preços, para o e-mail informado pelo mesmo na sua proposta;

6.1.2.1. A nota de empenho será enviada ao e-mail do **FORNECEDOR** que está cadastrado nos sistemas deste **MUNICÍPIO** e o que foi informado na proposta da licitação.

6.1.2.1.1. O FORNECEDOR é responsável por garantir as condições necessárias para recebimento por meio eletrônico da(s) Nota(s) de Empenho e documentos equivalentes, atualizando seu endereço eletrônico sempre que necessário junto a este **MUNICÍPIO**.

6.1.3. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro;

6.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos;

6.1.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação estabelecidas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

6.3. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no

Edital, ou houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, observado o disposto no item 3.6, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.3.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

6.3.1.1. Convocar para negociação os licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.3.1.2. Adjudicar e firmar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.5. Fica estabelecida a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade pelo **FORNECEDOR**, nas hipóteses previstas no *caput* e § 1º do art. 29 da Lei Municipal nº 12.827/2021, bem como Decreto Municipal 22.800/2024.

6.5.1. A exigência do Programa de Integridade, quando cabível, dar-se-á a partir da celebração do contrato, devendo o **FORNECEDOR** apresentar, até a data de sua assinatura, os documentos previstos na art. 4º da Instrução Normativa nº 005/2024 da Controladoria-Geral do Município;

6.5.2. O **FORNECEDOR** que celebrar relação contratual com o **MUNICÍPIO** pela primeira vez durante a vigência da Lei Municipal nº 12.827/2021, inclusive renovação e outros aditivos, e não houver implementado o Programa de Integridade, deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, os documentos relacionados no art. 7º da Instrução Normativa nº 005/2024 da Controladoria-Geral do Município;

6.5.3. Os custos e as despesas com a implantação e manutenção do Programa de Integridade ficarão a cargo da **CONTRATADA**, não cabendo ao **CONTRATANTE** o seu ressarcimento;

6.5.4. O Programa de Integridade será avaliado, quanto à sua existência, aplicação e efetividade, pela Controladoria-Geral do Município, na forma estabelecida na Instrução Normativa nº 005/2023 da Controladoria-Geral do Município, sujeitando-se a **CONTRATADA**

às sanções previstas na Lei Municipal nº 12.827/2021, em caso de descumprimento, bem como art. 21 do Decreto Municipal 22.800/2024.

6.5.5. Demais informações sobre o Programa de Integridade poderão ser obtidas pelo site https://prefeitura.poa.br/smtc/programa-de-integridade ou pelo e-mail integridadecgm@portoalegre.rs.gov.br.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA

7.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de até **30** (trinta) dias consecutivos, contados do primeiro dia útil seguinte ao do envio da nota de empenho ou da autorização de compra, que será encaminhada para o e-mail informado pelo pelo FORNECEDOR, independentemente da confirmação do seu recebimento.

7.1.1. A nota de empenho será encaminhada ao **FORNECEDOR** através do e-mail informado em sua proposta e também para o e-mail que constar nos sistemas deste **MUNICÍPIO**.

7.1.2. O **FORNECEDOR** é responsável por garantir as condições necessárias para o recebimento, por meio eletrônico, da(s) nota(s) de empenho ou outro instrumento substituto, atualizando seu endereço eletrônico sempre que necessário

7.1.3. O **FORNECEDOR** deverá atender aos pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços ainda que a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento da Ata.

7.1.4. O descumprimento do prazo de entrega dará ensejo à aplicação de multa prevista neste instrumento.

7.2. Os locais de entrega serão todos dentro do Município de Porto Alegre, conforme indicação na nota de empenho ou na autorização de compra.

7.2.1. O **FORNECEDOR** deverá responsabilizar-se pelo transporte do(s) material(is) até o local de entrega indicado na nota de empenho ou instrumento equivalente, dentro do Município de Porto Alegre.

7.2.2. O recebimento dos materiais será em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.

7.2.3. Não serão aceitas entregas de produtos via Empresa de Correios e Telégrafos (ECT).

7.3. O objeto com preço registrado deverá ser entregue de acordo com as especificações constantes na Cláusula Segunda.

7.3.1. Quando as especificações do material não dispuserem de modo diverso, a validade do produto, na data de recebimento pelo órgão demandante, deverá ter no mínimo 01 (um) ano ou 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo vigente, quando este for inferior a 01 (um) ano;

7.3.2. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, o **FORNECEDOR** deverá providenciar, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação do órgão responsável pela compra, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

7.3.3. O **FORNECEDOR** deverá comprometer-se a trocar todo o material pertencente a um lote em que tenham sido detectados problemas decorrentes devido a falhas no processo de

fabricação ou de transporte inadequado.

7.4. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo **FORNECEDOR**, desde que requerido antes da data limite para o respectivo fornecimento e condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada, por escrito, diretamente ao local de entrega constante na nota de empenho ou na autorização de compra, no caso de aquisições pelo DMAE através do endereço saic@dmae.predpoa.com.br. Caso o processo esteja em fase recursal, as dúvidas serão esclarecidas pelo pregoeiro (julgamento@dmae.prefpoa.com.br).

7.4.1. Para as compras com entrega imediata, na forma do art. 6 inciso X da Lei Federal 14.133/2021, o prazo total da entrega não poderá ser superior ao prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos da ordem de fornecimento.

7.5. A troca de marca do produto poderá ser solicitada pelo **FORNECEDOR** a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada, por escrito, diretamente ao local de entrega constante na nota de empenho ou na autorização de compra, no caso de aquisições pelo DMAE através endereço saic@dmae.predpoa.com.br. Em caso de deferimento, este deve ser apresentado ao órgão demandante no momento da entrega do material.

7.6. O recebimento provisório deverá ser efetuado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da entrega do material, de forma sumária, pelo servidor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, observado o disposto na alínea "a" do inciso II do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7. O recebimento definitivo será efetuado pelo servidor responsável ou comissão designada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da quantidade e da qualidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências do Termo de Referência e das especificações técnicas, observado o disposto na alínea "b" do inciso II do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7.1. O prazo para a solução, pelo **FORNECEDOR**, de inconsistências no fornecimento do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela fiscalização durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins do recebimento definitivo.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.10. O(s) material(is) têm garantia pelo período indicado no termo de referência, durante o qual a licitante vencedora compromete-se a substituir, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, todas as partes e/ou componentes que vierem a apresentar defeito comprovadamente de fabricação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, observado o disposto no art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 e arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da respectiva nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo **MUNICÍPIO**.

8.1.1. Consideram-se efetivamente realizados, na forma da Lei Municipal nº 12.827/2021, os bens/serviços executados e atestados pela fiscalização.

8.1.2. O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal ou outro instrumento hábil com a descrição detalhada dos materiais, com a entrega devidamente atestada pela fiscalização designada pelo órgão demandante, acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada no Edital;

8.1.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto acima, deverá ser retificada/substituída/complementada, sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**;

8.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, o **FORNECEDOR** deverá emitir nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente relativa à parcela incontroversa, para fins de pagamento no prazo previsto.

8.2. A nota fiscal, a ser apresentada no ato da entrega do material, deverá conter as seguintes informações:

8.2.1. O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) fornecido na fase de habilitação da licitação;

8.2.2. O da nota de empenho ou instrumento equivalente da demanda a que se refere;

8.2.3. O número da licitação;

8.2.4. Local de entrega de acordo com o constante na nota de empenho.

8.2.5. Se a empresa é optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), entregando o comprovante de adesão a esse regime;

8.2.6. O nome e número da agência bancária e o número da Conta Corrente, onde deverá ser realizado o pagamento.

8.3. Não serão realizados pagamentos diretamente a terceiros contratados pelo **FORNECEDOR**, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

8.4. Se o vencimento do prazo referido no item 8.1 ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente no **MUNICÍPIO**, este dar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao vencido.

8.5. Por ocasião do pagamento serão procedidas às retenções cabíveis na forma da legislação vigente.

8.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o **FORNECEDOR** informar o número do banco, da agência e da conta bancária.

8.7. O **FORNECEDOR** tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao **MUNICÍPIO**, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado *pro rata die*

desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.

8.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.9. O fornecimento deve ser mantido caso o atraso de pagamento não seja superior a 02 (dois) meses, contados da emissão da nota fiscal, nos termos do disposto no inciso IV do § 2º do art. 137 da Lei Federal nº 14.1337/2021, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

8.10. Os órgãos e as entidades demandantes deverão consultar, previamente ao envio para pagamento, o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), de acordo com o Decreto Municipal nº 22.243/2023, para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou da entidade, a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.10.1. Constatando-se a situação de irregularidade do **FORNECEDOR**, o mesmo deverá ser notificado, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

8.10.1.1. O prazo indicado acima poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, a critério do órgão ou da entidade demandante.

8.10.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, os órgãos ou as entidades demandantes deverão comunicar ao setor responsável pelo pagamento quanto à inadimplência do **FORNECEDOR**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, a fim de que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, dando ciência da situação ao órgão gerenciador;

8.10.3. Persistindo a irregularidade, o órgão gerenciador deverá adotar as medidas necessárias para o cancelamento do registro do **FORNECEDOR** nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao **FORNECEDOR** a ampla defesa;

8.10.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento da Ata de Registro de Preços, caso o **FORNECEDOR** não regularize sua situação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. Fornecer e manter atualizado e-mail e telefone para contato e encaminhamento da nota de empenho ou da autorização de compra.

9.2. Submeter-se à fiscalização do órgão responsável pelo recebimento do objeto registrado, acatando prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal competente.

9.3. Cumprir os prazos e obrigações estabelecidos neste instrumento.

9.4. Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pelo fornecimento dos materiais.

9.5. Pagar todos os tributos devidos, referentes à execução da Ata.

9.6. Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que seus empregados, direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto registrado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada.

9.7. Providenciar as autorizações que se fizerem necessárias às atividades do fornecimento, junto aos órgãos competentes.

9.8. Consultar o órgão fiscalizador, com antecedência, quando houver necessidade de verificação de qualquer situação, a fim de não causar transtorno ou atraso quando da entrega do objeto.

9.9. Prestar toda assistência para o perfeito andamento do fornecimento do objeto.

9.10. Responsabilizar-se pela quantificação e qualificação do objeto a ser fornecido.

9.11. Observar o prazo de validade do produto a ser fornecido quando sua especificação assim o requerer.

9.12. Fornecer o objeto dentro do melhor padrão técnico aplicável no intuito de sua perfeita execução e em atendimento às disposições deste instrumento, às especificações do **MUNICÍPIO**, ao Edital e ao processo licitatório, documentos estes que integram o presente, desde que não conflitem com as suas disposições, sendo que as do **MUNICÍPIO** prevalecerão sobre as do **FORNECEDOR**.

9.13. Informar imediatamente ao órgão gerenciador, Departamento Municipal de Água e Esgotos, por meio da Gerência de Licitações e Contratos (GLIC), qualquer ocorrência relevante que implique em mudanças na Ata de Registro de Preços.

9.14. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções que porventura não tenham sido identificados no período de testes.

9.15. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio que porventura venham a ser ocasionados pelo uso dos produtos fornecidos, confirmados por laudo técnico, assumindo integralmente o ônus pelo conserto do equipamento danificado ou a substituição por equipamento similar ou superior.

9.16. A Nota Fiscal / Fatura deverá estar obrigatoriamente atestada pelo órgão demandante dos bens.

9.17. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.19. Apresentar, quando solicitado pelo órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços (SRP), relatórios para conferência das quantidades e valores utilizados pelos órgãos da Administração Pública Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da

solicitação.

9.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.23. Emitir e apresentar os documentos fiscais eletrônicos em conformidade com a legislação tributária vigente, observando, quando aplicável, o correto preenchimento dos campos relativos ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e demais informações exigidas para autorização do documento fiscal.

9.23. Emitir e apresentar os documentos fiscais eletrônicos em conformidade com a legislação tributária vigente, observando, quando aplicável, o correto preenchimento dos campos relativos ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e demais informações exigidas para autorização do documento fiscal.

CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

10.1. O órgão gerenciador da Ata disponibilizará ao **FORNECEDOR** a Ata de Registro de Preços firmada pelas partes.

10.2. São obrigações do órgão gerenciador:

10.2.1. Atender às solicitações de esclarecimentos do **FORNECEDOR**;

10.2.2. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações desta Ata de Registro de Preços, assim como das demais disposições pertinentes;

10.2.3. Orientar os órgãos e as entidades demandantes quanto às dúvidas encaminhadas;

10.2.4. Instruir o processo para fins de aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços ao **FORNECEDOR**.

10.3. São obrigações do órgão ou da entidade demandante:

10.3.1. Inspecionar a execução do fornecimento e a qualificação do objeto entregue, conforme especificações do instrumento convocatório;

10.3.2. Inspecionar, periodicamente, os locais de acondicionamento do objeto fornecido para verificar, em especial, o cumprimento das rotinas estabelecidas e das solicitações de providências.

10.3.3. Notificar o **FORNECEDOR**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.3.3.1. Em caso de descumprimento por parte do **FORNECEDOR**, o órgão ou a entidade demandante deverá encaminhar ao órgão gerenciador, por meio de processo SEI, relato das

dificuldades enfrentadas, bem como cópia da notificação que trata o item 10.3.3 e demais documentos pertinentes.

10.3.4. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

10.3.4.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias a contar da data do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA, DA ENTREGA E DO OBJETO

11.1. A fiscalização quanto à obediência à Ata de Registro de Preços, da entrega e do objeto será exercida através de responsável designado pelo órgão demandante.

11.2. A fiscalização de que trata o item anterior não isenta o **FORNECEDOR** das responsabilidades estabelecidas na presente Ata.

11.3. O fiscalizador deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria.

CLÁUSULA DOZE – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

12.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.1.3. Havendo a prorrogação da Ata de Registro de Preços, após 01 (um) ano de vigência, os preços registrados poderão ser reajustados, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período.

12.1.3.1. O reajuste será calculado do mês da formação do orçamento estimado da licitação até o mês anterior ao implemento da anualidade e formalizado por meio de Apostilamento.

12.2. O requerimento para atualização dos preços registrados na Ata deverá ser realizado por e-mail: seicfiscon@dmae.prefpoa.com.br.

12.2.1. As solicitações de atualização de Preços de contrato deverão ser encaminhadas por e-mail ao fiscal designado pelo órgão ou entidade contratante.

12.3. O órgão gerenciador deverá proferir a decisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega completa de toda a documentação comprobatória pelo **FORNECEDOR**.

12.3.1. A data da entrega completa de toda a documentação comprobatória pelo **FORNECEDOR** será considerada para fins de alteração/atualização dos preços registrados.

12.4. Não poderá haver interrupção do fornecimento até a decisão final do órgão gerenciador, sob pena de aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TREZE – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o **FORNECEDOR** para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o **FORNECEDOR** será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

13.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os licitantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado;

13.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 14.4, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa;

13.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o **FORNECEDOR** não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao **FORNECEDOR** requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1. Neste caso, o **FORNECEDOR** encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;

13.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o **FORNECEDOR** deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 14.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável;

13.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, nos termos do subitem anterior, o órgão gerenciador convocará os licitantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.6;

13.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 14.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

13.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2 e no subitem 13.2.1, o órgão gerenciador

atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;

13.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUATORZE – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. O registro do **FORNECEDOR** será cancelado pelo órgão gerenciador, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, quando o **FORNECEDOR**:

14.1.1. Descumprir, total ou parcialmente, as condições do Edital ou da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

14.1.2. Não retirar ou aceitar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, ou não atender à convocação para firmar a Ata de Registro de Preços ou seus aditamentos, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

14.1.3. Descumprir, total ou parcialmente, o contrato decorrente da Ata;

14.1.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 13.2.2 desta Ata;

14.1.5. Requerer a alteração de preços e, havendo cadastro de reserva, outro licitante aceitar fornecer o bem pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços;

14.1.6. Perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da Ata; ou

14.1.7. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.1.7.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao **FORNECEDOR** não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 14.1 será formalizado pelo órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.2.1. A comunicação do cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, nos casos previstos no item 14.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento;

14.2.2. No caso de o **FORNECEDOR** encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Porto Alegre (DOPA), considerando-se cancelado o registro do **FORNECEDOR**, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

14.3. Na hipótese de cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.4. O cancelamento dos preços registrados na Ata poderá ser realizado pelo órgão

gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

14.4.1. Por razão de interesse público;

14.4.2. A pedido do **FORNECEDOR**, decorrente de caso fortuito ou força maior;

14.4.3. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado, nos termos do item 13.1 e subitem 13.1.1 desta Ata;

14.4.4. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos itens 13.1.3 e 13.2.4 desta Ata;

14.4.5. Consensual, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração; ou

14.4.6. Por ordem judicial.

CLÁUSULA QUINZE – DAS PENALIDADES

15.1. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, o(a) CONTRATANTE poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 23.564/2025:

(a) Advertência;

(b) Multa;

(c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

(d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2. O licitante, o fornecedor da ata de registro de preços ou o contratado também será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 31 do Decreto Municipal nº 22.357, de 11 de dezembro de 2023.

15.3. A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

15.3.1. Para a multa:

1) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total da aquisição, contratação ou saldo remanescente não entregue, do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) dia de atraso e ocorrência injustificada;

2) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total da aquisição, contratação ou saldo remanescente não entregue, do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) dia de atraso e ocorrência injustificada, quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias;

3) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total da aquisição, contratação ou saldo remanescente não entregue, a partir do primeiro dia de atraso e ocorrência injustificada, quando o atraso for superior a 10 (dez) dias, limitada a incidência a 30% (trinta por cento);

4) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato ou instrumento equivalente por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação),

observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

15.3.1.1 A critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

15.3.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

15.3.3. A multa sancionatória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou instrumento equivalente e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal 14.133/2021.

15.3.4. Será aplicada a multa de 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) por dia, incidente sobre o valor atualizado do Contrato/instrumento equivalente, limitado a 10% (dez por cento) do valor atualizado do Contrato/instrumento equivalente, pelo descumprimento das exigências do Programa de Integridade, nos termos do art. 36 e seguintes da Lei Municipal n.º 12.827/2021;

15.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração à Licitante ou ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao FORNCEDOR, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art.

155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Porto Alegre, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.6.2. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Porto Alegre, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.6.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021.

15.6.4. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 e no no caput e parágrafos do Art. 16-A da Lei Municipal 12.827/2021.

15.6.5. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6.6. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.6.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.6.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.6.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

15.8. A personalidade jurídica da Licitante ou FORNECEDOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos

atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Licitante ou Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.9. A Administração ou órgão Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme o art. 161, da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações.

15.10. Os débitos da Licitante ou fornecedor para com a Administração ou órgão Contratante e, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta ata ou de outros contratos administrativos que a Licitante ou Contratada possua com a Administração ou órgão Contratante.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Fica o **FORNECEDOR** vinculado, até o término da presente Ata de Registro de Preços, às condições do Edital, seus anexos, e à sua proposta, que independentemente de translado fazem parte integrante deste instrumento.

16.2. Para todos os efeitos legais, visando a exata caracterização do objeto, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, bem assim elencar as responsabilidades do **FORNECEDOR**, integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

16.2.1. Edital da presente licitação com todos os seus Anexos;

16.2.2. Proposta do **FORNECEDOR**.

16.2.3. Termo de Referência

16.3. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preços, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto.

CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO

17.1. Para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos oriundos da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro do município de Porto Alegre, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E assim, por estarem justos e acertados, é firmada a presente Ata de Registro de Preços, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **MUNICÍPIO**.

ANEXO - A CADASTRO DE RESERVA

Integra a presente Ata de Registro de Preços o Cadastro de Reserva constante no documento SEI nº XX

Documento assinado eletronicamente por **Ana Marli Gerevini**, **Coordenador(a)**, em 04/11/2026, às 17:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa informando o código verificador **42214753** e o código CRC **7791F7CC**.